



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VII Legislatura

Número: 107

IV Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 13 de Maio de 2004

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 20 minutos

Período de Informação Parlamentar:

Não havendo correspondência entrada, passou-se directamente no período de tratamento de assuntos de interesse para a Região, tendo proferido intervenções, a diverso título, os Srs. Deputados João Cunha (PSD), Manuel Avelar (PS), Francisco Sousa (PS), José Nascimento Ávila (PS), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Vasco Cordeiro).

Período da Agenda Parlamentar:

1. Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional 15/A/98-A, de 25 de Setembro, que estabelece os apoios a

conceder aos sinistrados da crise sísmica de 9 de Julho de 98, com vista a promover a reconstrução das habitações afectadas, através da adopção de medidas excepcionais de carácter financeiro”.

Após a apresentação feita pelo Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente), usaram da palavra, no debate deste diploma, os Srs. Deputados Renato Leal (PS), Costa Pereira (PSD) e José Decq Mota (PCP).

Submetida à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade na generalidade, especialidade e em votação final global, com excepção do artigo 7º que foi aprovado por maioria.

Fizeram declarações de voto os Srs. Deputados Hernâni Jorge (PS), Costa Pereira (PSD) e José Decq Mota (PCP).

2. Proposta de Resolução – “Defesa da qualidade e proximidade na prestação dos serviços disponibilizados pela EDA, Lotaçor e Serviços da Segurança Social”, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Na discussão desta Proposta de Resolução usaram da palavra os Srs. Deputados Cláudio Lopes (PSD), que fez a sua apresentação, Manuel Campos (PS), Paulo Valadão (PCP), Andreia Cardoso (PS), Alvarino Pinheiro (PP), José Decq Mota (PCP), Mark Marques (PSD), bem como os Srs. Secretários Regionais da Agricultura e Pescas (Vasco Cordeiro), da Economia (Duarte Ponte) e dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho).

Posta à votação a mesma foi rejeitada por maioria.

3. Proposta de Resolução – “Transportes aéreos nos Açores”, apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS/PP.

4. Proposta de Resolução – “Transportes aéreos entre os Açores e o Continente e entre as duas Regiões Autónomas”, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação das Propostas de Resolução, feita pelos Srs. Deputados José Manuel Bolieiro (PSD) e Lizuarte Machado (PS), usaram da palavra os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (PP) e José Decq Mota (PCP).

Foi posta à votação, em substituição das Propostas de Resolução acima referidas, uma Proposta de Resolução apresentada pelo Comissão de Economia, a qual foi aprovada por unanimidade.

*Foi aprovada por unanimidade uma **proposta de deliberação que declara findo o Período Legislativo de Maio**, apresentada pela Mesa.*

Os trabalhos terminaram às 13 horas e 20 minutos

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo muito boa tarde.
Vamos iniciar os nossos trabalhos.

(Eram 10 horas e 20 minutos)

Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Fernando Rosa Rodrigues **Lopes**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**

Francisco Couto de **Sousa**

Hernâni Hélio **Jorge**

José António **Cabral** **Vieira**

José Humberto Medeiros **Chaves**

José de Sousa **Rego**

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa
José do Nascimento de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Luís Paulo de Serpa **Alves**
Manuel Fernando Soares de Oliveira **Campos**
Manuel Soares da **Silveira**
Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**
Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**
Maria da **Natividade** **Luz**
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Óscar Manuel Valentim da **Rocha**
Osório Meneses da **Silva**
Paulo Manuel **Ávila** **Messias**
Renato Luís Pereira **Leal**

Partido Social Democrata (PSD)

António **Bento** Fraga **Barcelos**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Francisco Salvador **Fernandes**
José Manuel Cabral **Bolieiro** Dias
José Manuel Avelar **Nunes**
Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**
Luís Henrique de Aguiar Sequeira de **Medeiros**
Manuel Ribeiro **Arruda**
Mark Silveira **Marques**
Raúl Aguiar **Rego**

Sérgio Manuel Bettencourt **Ferreira**

Victor do Couto **Cruz**

Partido Popular (PP)

Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo **Decq Mota**

Paulo António de Freitas **Valadão**

Presidente: Estão presentes 48 Srs. Deputados.

Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Uma vez que não há correspondência, vamos entrar directamente no período destinado ao tratamento de assuntos relevantes.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A última visita do Governo Regional socialista dos Açores à Ilha Graciosa foi “a visita da propaganda”.

Vêm na mesma linha daquela que já tinha sido feita pelo Grupo Parlamentar que suporta o dito Governo e serviu de ponte à próxima propaganda do partido socialista, marcada para as comemorações do dia da autonomia.

Do Programa da Visita constava a ida às 4 obras do Governo que decorrem na Graciosa, a saber:

- Ampliação da Escola Básica, Integrada e Secundária de Santa Cruz da Graciosa;
- Pavimentação da estrada Santa Cruz / Praia;
- Protecção da falésia na zona dos Fenais;
- Reparação de antigos reservatórios de água, camarários, que agora se destinam ao abastecimento de água à lavoura.

Visitou ainda o Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Graciosa e inaugurou também um anexo ao quartel de Bombeiros Voluntários, e por fim

consignou e lançou a primeira pedra da obra do porto de pescas da Praia da Graciosa.

Deputado Manuel Campos (PS): *Muito bem!*

O Orador: Antes de tudo e apesar da propaganda demagógica do discurso do Senhor Secretário da Agricultura e Pescas, mesmo sem convite estive presente no acto porque fui daqueles que sempre lutou por aquele empreendimento. Deixem-me por isso, agora, congratular com a consignação da empreitada do Porto da Praia porque chegou, ao fim de 7 anos, o dia em que vi passar das promessas aos actos.

Ainda bem que assim acontece já que aquela infraestrura permitirá criar melhores condições de trabalho, a um sector, que está vivo e bastante activo, permitirá ainda a criação de novos empregos e trará mais riqueza aquela ilha da nossa região.

Mas não me esqueço nem vou deixar de referir que esta obra começa muita atrasada em relação aquilo que prometeram e isto é que vos dói.

Que não haja mais atrasos é o que recomendamos e desejamos.

Não me esqueço que as promessas socialistas incluíam, acoplado aquele porto de pescas, um porto para recreio náutico.

Infelizmente essa parte tão importante da obra caiu no esquecimento do governo socialista.

Nós somos daqueles que continuamos a achar que se queremos fazer progredir a Graciosa, na sua vertente turística, temos que ter um porto de recreio náutico.

Continuaremos, a reivindicar aquela velha e justa aspiração dos Graciosenses que estes governos socialistas não foram capazes ou não quiseram executar.

Ainda no campo do turismo diz, o Senhor Secretário da Economia, que infelizmente não se encontra na sala...

Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso): Está quase a chegar.

O Orador: ... que à Graciosa faz falta um Hotel.

Mas se faz falta porque foge o Governo Regional às suas responsabilidades e, maldosamente, tenta passar para a Câmara Municipal a responsabilidade do referido empreendimento?

Se é preciso o Hotel, que avance o Governo, sozinho ou em parceria, com ele afim de que a Graciosa possa acompanhar o desenvolvimento do sector que se sente noutras ilhas.

Deputado Paulo Messias (PS): E os empresários?

O Orador: Mais tarde liberte-se então para a iniciativa privada.

Foi assim que fizeram, e bem, os primeiros Governos Regionais do PSD quando decidiram arrancar com a primeira residencial naquela ilha.

Os senhores copiam muito, mas só copiam aquilo que nós fizemos de mal, o que fizemos de bem feito não sabem sequer copiar.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: É uma competência do Governo Regional e não da Câmara.

Por isso há que responsabilizar quem tem competência na matéria e não iludam mais os Graciosenses nem lhes faltem à verdade.

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estes três dias, incompletos, de visita foram pouco tempo para este Governo perceber os verdadeiros problemas que afectam a Graciosa e as suas gentes.

Notou-se bem, nos discursos do comício socialista, que o objectivo número um era fazer propaganda política a favor do partido que suporta o Governo.

Se o Governo tivesse ido à Graciosa despido das roupagens partidárias teria percebido os verdadeiros problemas que nos afectam:

- Teriam percebido que as pavimentações betuminosas começaram naquela ilha em 1990, e que em 1992 45% da rede de estradas regionais já tinha aquele tipo de pavimento;
- Teriam percebido que nos últimos 8 anos, que são da vossa responsabilidade, se fizeram só 12 km que representam menos de 20% dessa rede de estradas;
- Teria o Senhor Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, que infelizmente também não está na sala, percebido que as obras que tutela não têm a qualidade técnica que apregoa já que algumas das recentes pavimentações se estão a desfazer;

- Teriam percebido que todos os anos houve verbas no Orçamento Regional para pavimentações mas que com excepção para o corrente ano, nada se fez e por isso estão em mau estado muitos troços de estrada de que são exemplo: Praia/Fenais, Fenais/Carapacho, Canada Longa/Fonte do Mato, Fonte do Mato/Praia, Pedras Brancas/Fonte do Mato, Pedras Brancas/Limeira, e toda a Estrada n.º 1-2.^a que vai da Limeira ao Porto Afonso;

- Teriam percebido que apesar de adjudicarem mais uma pequena obra na falésia, dos Fenais, continuam a existir problemas que põem em risco estradas, habitações e outros bens mas acima de tudo as pessoas;

- Teriam percebido que também a zona do Degredo merece ser protegida mas que ainda nem se fizeram os estudos necessários à resolução daquele grave problema;

- Teriam percebido também que a protecção que se pretende às Termas do Carapacho é muito mais do que lançar pedras ao mar. Para além de proteger as termas, pretende-se num projecto integrado, ampliar a piscina natural e criar uma zona do solário maior.

Já que se falou no Carapacho onde está a Ampliação e Beneficiação das Termas, tão pomposa quanto demagogicamente prometida e apresentada, perante tanta gente, antes das eleições regionais de 2000?

Ainda bem que ela não foi por diante já que era um verdadeiro disparate. Mas diga – se que esta obra deverá ser levada a efeito já que é importante turística e economicamente falando, mas deverá obedecer a um projecto equilibrado, elaborado com bom senso, já que se vai mexer num dos ex-libris da Ilha Graciosa.

- Perceberiam também que a correcção do ramal da estrada regional no lugar de Santo António é necessária;

- Perceberiam que a pavimentação e reordenamento do Largo da Beira Mar da Vitória, também já prometido, continua por fazer;

- Que a Habitação Degradada continua a existir e afecta muitas famílias, e teriam visto que há casos cujas obras demoram alguns anos dado os apoios serem diminutos;

- Que a Freguesia de Guadalupe continua á espera de um Loteamento Urbano, há muito pedido pela sua Junta e que talvez por não o ter está a perder população.

- Que as Associações Agrícolas continuam a pedir a melhoria de Caminhos de penetração porque pouco ou nada se faz nesta área;
- Que o contraste leiteiro é muito importante, mas que apesar de tantas vezes pedido continua na chamada “gaveta do esquecimento”;
- Que o miradouro da Senhora da Saúde, também prometido continua esquecido.
- Talvez tivessem percebido o verdadeiro significado da palavra insularidade, já que falam dela mas não vêem que os transportes, de e para a Graciosa,...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor vá dizer isso ao Paulo Portas.

O Orador: O senhor ouça com atenção, porque isto é importante.

Deputado José San-Bento (PS): Que confusão vai nessa cabeça.

O Orador: ... são os mais caros da região, com especial incidência para os transportes marítimos vindos de fora da Região;

- Que também queremos, porque temos potencialidade, crescer no turismo, mas que sem viagens aéreas todos os dias ao longo de todo o ano, e com os itinerários que os barcos da Açorline têm para este verão, estamos penalizados e com isso discriminados;

- Perceberiam também que o processo de desertificação vem tomando proporções alarmantes sendo por isso necessário estudarem-se medidas para fixar e, atrair até, pessoas à ilha, como por exemplo o abaixamento de impostos e a criação de apoios mais atractivos aos investimentos que a iniciativa privada pretenda efectuar;

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Estamos à espera que o seu Governo, na Assembleia da República dê autorização para isso.

O Orador: O senhor ouça agora, porque isto é muito importante.

- Teriam percebido que prometeram mais médicos para a Graciosa e agora afinal temos menos do que aqueles que tínhamos em 1996;

Deputado Dionísio Sousa (PS): Não aponte porque fica feio.

O Orador: O Sr. Secretário tome nota que isso é que é importante para si. Em vez de estar a mandar bocas vá tomando nota e tente resolver os problemas, que é para isso que exerce funções no Governo Regional.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: - Teriam percebido que foram publicitadas e prometidas obras, até em comunicados do governo, onde se inclui o Centro de Saúde de Santa Cruz da Graciosa e o que fizeram foi pura e simplesmente zero.

A propósito diga-se que é vergonhoso o estado de conservação a que chegaram aquelas instalações já que vão nove anos que não se fazem as simples obras de conservação que um edifício merece. Tome nota Sr. Secretário.

Factos são factos, e estes são factos maus, mas verdadeiros.

Os socialistas na sua ânsia de manterem o poder, nesta visita, continuaram a prometer, e por isso eu, e os Graciosenses, ficamos com o mesmo sentimento das visitas anteriores ou seja, promete-se muito mas faz-se pouco.

Como se vê o PSD, contrariamente ao que alguns querem fazer crer, sabe aquilo que neste momento faz falta à Graciosa e aquilo que se pretende para o futuro.

Mesmo que não soubesse bastava cobrar aos socialistas as promessas não cumpridas para que muito houvesse a fazer naquela ilha.

Vou concluir dizendo que, na Graciosa, se o PSD não tivesse feito infra-estruturas que agora tiveram que ser conservadas algumas e, outras ampliadas, os socialistas não teriam, ainda, lugar para porem placas de inauguração já que as únicas coisas novas que, verdadeiramente, ali fizeram, foram 9 pequenas casas de aprestos, pavimentaram poucos Kilómetros de Estradas, arrancaram com as obras da nova Central Termoeléctrica e agora consignaram a obra do Porto da Praia.

Deputado José San-Bento (PS): E a aerogare?

O Orador: Isso é uma ampliação. O senhor se tivesse com atenção teria percebido.

Na Graciosa não se vive num mar de rosas e os Graciosenses sabem muito bem ver que as suas dificuldades têm vindo a aumentar e quem tem culpa disso.

Saberão, ainda ver que aquilo que não foi feito ao longo de quase 8 anos de Governos Socialistas não será feito agora nos meses que faltam para concluir mais este nefasto mandato.

Deputado Paulo Messias (PS): Nos próximos 4!

O Orador: Em Outubro próximo saberemos sair do marasmo e da anestesia que nos deram os socialistas “cesarianos”, votando maciçamente em Cruz, que de novo nos há-de fazer ter esperança no desenvolvimento e no crescimento da Ilha Graciosa.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Não havendo pedidos de esclarecimento dou a palavra ao Sr. Deputado Manuel Avelar para uma intervenção.

Deputado Manuel Avelar (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nos passados dias 3 a 5 de Maio visitou o Governo Regional, mais uma vez, a Ilha Graciosa, dando cumprimento ao Artigo 66º do nosso Estatuto Político-administrativo.

Mais que o cumprimento da obrigação Estatutária, muito mais se fez. Nas visitas que se efectuaram na Ilha evidenciou-se o elevado cumprimento do programa eleitoral e de Governo no que à nossa Ilha diz respeito.

O desenvolvimento sustentado das nossas ilhas e o esforço contínuo pelo bem-estar das nossas populações, são vectores muito importantes da acção política deste Governo. Muito se tem feito, muito se continuará a fazer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De entre os momentos importantes da visita do Governo Regional à Ilha Graciosa, merece-nos particular destaque o lançamento da 1ª pedra do Porto de Pescas Da Praia, obra à muito aguardada e que irá contribuir para a melhoria das condições de operacionalidade e segurança a todo quantos se dedicam à prática da pesca, bem como o aumento dos seus rendimentos de um dos principais pilares da economia graciosense.

Foi também com grande satisfação que se assistiu à inauguração de um novo anexo ao Quartel de Bombeiros Voluntários da Graciosa, proporcionando aos nossos “Soldados da Paz ” melhores condições de trabalho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Foi com muito agrado que verificámos o bom andamento das obras que estão a decorrer na graciosa da responsabilidade do Governo Regional, das quais devemos salientar, o Lar de Idosos da Vila Praia, em fase de conclusão, a nova Central Termoeléctrica do Quitadouro, ampliação da Escola Básica Integrada de Santa Cruz da Graciosa, cujo terminus das obras de ampliação estão previstas para o final de 2004 , dotando a nossa Ilha com um dos melhores estabelecimentos de ensino da Região Autónoma dos Açores.

Para além da já concluída pavimentação da Estrada Regional Santa Cruz/Praia numa extensão de 5,3 quilómetros, ficámos satisfeitos com a deliberação da asfaltagem das estradas Regionais da Freguesia de S. Mateus, que foram sujeitas a obras devido à remodelação da rede de águas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Registámos com agrado o facto do alargamento para todo o período de verão de viagens da SATA ao domingo.

Não podemos deixar de referir a atitude bizarra e inqualificável do Senhor Presidente do Conselho de Ilha e do Senhor Presidente da Câmara Municipal, ao abandonarem inexplicavelmente a reunião, dizendo depois que o Governo não reúne com as Juntas de Freguesia, quando estas deviam estar no Conselho de Ilha, pelo facto dos seus Presidentes terem sido eleitos na Assembleia Municipal, e não quiseram estar presentes para debaterem os problemas das populações que os elegeram, foi uma jogada de partidarite aguda, revelando um manifesto de desprezo pelos compromissos assumidos para com o povo graciosense.

De salientar, pela positiva, a presença continuada de alguns conselheiros na referida reunião.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os factos de que aqui damos conta são suficientes para provar que o Governo Socialista está bem e fortemente empenhado em desenvolver os Açores de uma forma harmónica.

Diz o povo – e com razão – que contra factos não há argumentos. Os factos estão traduzidos nas obras visíveis e palpáveis, que retiram qualquer possibilidade de argumentação aos profetas da desgraça do costume.

A Graciosa continua a mudar, a mudar para melhor.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Estão inscritos os Srs. Deputados Francisco Sousa, João Cunha, José Nascimento Ávila, o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas e a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

Vou dar a palavra em primeiro lugar, para esclarecimentos, ao Sr. Deputado Francisco Sousa.

(*) Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência das intervenções acabadas de fazer, quero dar alguns esclarecimentos em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Nós fomos em Jornadas Parlamentares à Graciosa durante três dias, contactamos com mais de 30 instituições, serviços, entidades e personalidades e inteirámo-nos plenamente do que tinha sido feito por este Governo na Graciosa e do muito que era preciso fazer.

Fizemo-lo conscientemente, fizemo-lo com seriedade e com honestidade, como é uso dizer-se nesta Casa, e na sequência desses trabalhos tivemos também reuniões partidárias com os nossos militantes e dirigentes da Graciosa.

O Governo Regional dos Açores teve também de visita estatutária à Graciosa e os Membros do Governo, terminada a sua agenda, tiveram, como é natural, reuniões e contactos com militantes do Partido Socialista, à semelhança do Sr. Dr. Victor Cruz,

Deputado do PSD, que ontem esteve nesta Assembleia fazendo o seu trabalho enquanto deputado, defendendo os seus princípios e os seus objectivos e à noite num hotel, naturalmente, teve actividade partidária

Deputado Joaquim Machado (PSD): E o Presidente do Governo não pôs cá os pés, para fazer campanha em Ponta Delgada.

O Orador: É assim que nós fazemos todos, é assim que vamos continuar a fazer e é para isso que nós estamos pagos, como já disse várias vezes nesta Casa. Como já estou próximo de sair espero que os que vão continuar nesta Casa tenham a honestidade e a seriedade de trabalharem em prol dos açorianos, não deixando nunca de trabalhar pelas estruturas partidárias, porque a democracia vive dos partidos e são eles os representantes do povo na democracia.

Portanto, nós defendemos, continuamos a defender e levantar-me-ei, enquanto aqui estiver, para defender que cada um de nós, terminadas as suas funções, não se esqueça de que é responsável partidário.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

(*) Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra, porque o Sr. Deputado Manuel Avelar Santos na sua intervenção da tribuna falou de atitude bizarra relativamente à atitude que foi tomada por alguns membros do Conselho de Ilha, aquando da visita do Governo Regional à Ilha Graciosa e eu não posso deixar passar aqui em claro esta sua frase que, ao classificar uma atitude, penso eu, e ele com certeza que não me vai negar isto que vou dizer, se refere a dois membros do Conselho Municipal de Santa Cruz da Graciosa, concretamente o seu Presidente, Sr. Luís Reis e o Presidente da Câmara Municipal, o Sr. José Aguiar Ramos, também membro do Conselho Municipal.

Esta atitude não é de forma nenhuma bizarra, porque eles num verdadeiro sentido de interpretar à letra aquilo que está escrito na lei, julgaram e bem de que não havia

quórum no referido Conselho de Ilha, daí que tenham tomado a opção de não estar presentes à reunião de trabalho que estava marcada com o Governo Regional dos Açores.

De qualquer das formas a atitude não é premeditada, fica desde já aqui a ressalva, e para tirar das vossas mentes um bocado obscuras esse fantasma, fica aqui o esclarecimento.

Devo dizer que muitos elementos não foram àquele Conselho de ilha, inclusivamente aquele que é o representante do Sindicato da Função Pública, o Sr. Valdemir Santos, que por acaso é do Partido Comunista, e ainda Domingo passado em conversa com ele falamos exactamente dessa questão. O Sr. Deputado Manuel Avelar Santos sabe o que é que ele me disse? Ele disse-me que não vai às reuniões do Conselho de Ilha, porque já sabe que nada se resolve naquelas reuniões de trabalho.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Nada se resolve naquelas reuniões de trabalho no Conselho de Ilha com este Governo Regional dos Açores, do Partido Socialista.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é mesquinhice.

O Orador: Devo-lhe dizer mais:

Se o Governo Regional dos Açores queria resolver alguma coisa para a Graciosa, relativamente àquilo que tinha para apresentar ao Conselho de Ilha, e se não o resolveu foi porque não quis, porque seguiu atempadamente um memorando para as mãos do Governo, que nada fez relativamente às obras que foram pedidas pelo Conselho de Ilha.

Deputados Joaquim Machado e Luís Medeiros (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Portanto, não se admirem que este ano metade dos elementos tivessem faltado e para o ano, se fossem os senhores Governo outra vez, se calhar, não estaria lá ninguém. É este o sentimento generalizado que começa a correr na população da Graciosa.

Muito obrigado.

Deputado Nuno Amaral (PS): Ó João, é pena é estar-se a acabar. Tu agora é que estás em forma.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*): Está ao nível do seu Grupo Parlamentar

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

(*) **Deputado José Nascimento Ávila** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não me inscrevi a seguir à intervenção do Sr. Deputado João Cunha para não prejudicar a intervenção do meu colega de bancada Manuel Avelar Santos.

No entanto, eu queria fazer aqui alguns reparos em relação à intervenção do Sr. Deputado João Cunha, quer da tribuna, quer da bancada, e dizer-lhe o seguinte:

Em relação às Termas do Carapacho, ainda bem que falou nelas e o senhor tem razão, porque é exactamente para não se fazer disparates que ainda não se procedeu às obras de remodelação.

Há estudos a fazer antes e o senhor sabe muito bem que aquela é uma situação complexa que não é de um momento para o outro que se consegue fazer obras ali sem pelo menos saber se tem ou não caudal para poder sustentar toda aquela infraestrutura que vai ser criada nas Termas do Carapacho.

O Governo do Partido Socialista procedeu a uma pesquisa para ver se encontrava água, mas infelizmente não conseguiu.

Deputado João Cunha (*PSD*): Eu parecia-me que era para descobrir a pólvora.

O Orador: Vai fazer novas tentativas para o conseguir.

Em relação ao Largo Beira Mar da Vitória eu quero lembrar ao Sr. Deputado João Cunha que no comunicado do ex-Governo do PSD, no dia 9 de Março de 95, foi prometido fazer essas obras.

Deputado João Cunha (*PSD*): Isso foi em 95. Os senhores estão lá há muito mais tempo.

O Orador: Mas enquanto se está a fazer as obras que o PSD prometeu e não fez, não se pode fazer todas aquelas que prometemos.

(Aplausos da bancada do PS)

O Orador: Quanto à orla costeira dos Fenais quero lembrar-lhe também que no comunicado do PSD, de Março de 95, também foi prometido fazer-se lá obras e não se fez rigorosamente nada. O Governo do Partido Socialista já fez e vai continuar a fazer essas obras. Tanto assim é que já entregou a uma firma para fazer as obras, numa forma parcial, da protecção da orla costeira, porque aquela é uma situação muito complicada e não é fácil fazer uma muralha em toda a sua extensão, mas naqueles pontos mais críticos o Governo tem respondido na hora certa e vai continuar a responder, quer agora, quer depois de Outubro de 2004.

O reforço do molhe/cais da Porto da Praia da Graciosa foi também prometido pelo PSD e foi o PS que teve que fazer esse mesmo reforço.

A Central Termoeléctrica foi prometida em 92 e que entraria em funcionamento em 95, está em fase de conclusão graças ao Governo do Partido Socialista.

Deputado Manuel Campos (PS): Já não se lembra.

Deputado João Cunha (PSD): Lembro-me, lembro-me!

O Orador: Em relação à Fábrica de Lacticínios os senhores também prometeram avançar com ela no seu comunicado de 9 de Março de 95 e graças ao Partido Socialista está já a funcionar, embora em termos experimentais, mas daqui a alguns dias entrará em laboração definitiva.

Quero dizer ao Sr. Deputado que é provável que haja algumas coisas que ainda estejam por fazer e que foram prometidas pelo Governo do Partido Socialista, mas eu considero isso uns pequenos pecados que estão amplamente perdoados pelo bem que o Governo do Partido Socialista fez na Graciosa.

Obrigado.

Deputada Natividades Luz (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me, em primeiro lugar, que em relação a ambas as intervenções sobre a visita do Governo Regional à Graciosa, no que diz respeito à agricultura e pescas, parece-me que, nomeadamente da parte do Sr. Deputado João Cunha, terá havido alguns lapsos, conscientes ou inconscientes, mas isso aí ver-se-á pela intervenção que ele vai fazer a seguir.

Em relação à Graciosa, eu devo dizer que os Governos Regionais dos Açores, da responsabilidade do Partido Socialista, chegam ao fim destes dois mandatos, quer no sector das pescas, quer no sector agrícola e agro-pecuário, com dois investimentos infra-estruturais, com dois investimentos fundamentais para o futuro da Graciosa, um já concluído e o outro em vias de materialização. Refiro-me em concreto à Fábrica de Lacticínios e ao Porto de Pescas da Praia.

Portanto, do ponto de vista de agricultura e pescas, Sr. Deputado João Cunha, V. Exa. não tem razão quando refere que o Governo nada fez.

Deputado João Cunha (PSD): Eu não disse isso. O senhor não ouviu bem!

O Orador: Então peço desculpa.

Quando pretende dar a ideia de que o Governo Regional dos Açores nada fez, V. Exa. erra.

Deputado João Cunha (PSD): Falei foi em caminhos de penetração.

O Orador: Em relação a caminhos de penetração houve também coisas que foram feitas, Sr. Deputado.

O senhor não pode acusar o Governo de não ter feito nada.

Deputado João Cunha (PSD): Fez pouco. O senhor também não ouviu bem!

O Orador: Voltarei aos caminhos de penetração, mas em relação a esses dois investimentos eu gostava de chamar a atenção para o seguinte:

O facto de termos neste momento na Graciosa uma Fábrica de Lacticínios e o Porto de Pescas em andamento, não significa que o Partido Socialista considere que em termos de agro-pecuária e de pescas, na Graciosa, está tudo feito. Bem pelo contrário, há uma nova realidade e há novos desafios que se colocam, por exemplo, para lhe falar no sector leiteiro, há a questão das quotas em que a Graciosa tem uma estrutura de produção característica dentro das nossas ilhas, com explorações com

uma média elevada de cabeças, com produções elevadas, com agricultores fundamentalmente jovens.

Portanto, é possível fazer um trabalho a longo prazo no sector agrícola e este trabalho está conscientemente assumido pelo Governo Regional.

Se, porventura, a afirmação por parte do Governo Regional de que já fez dois investimentos fundamentais para a agricultura e para as pescas da Graciosa pode levar o Grupo Parlamentar do PSD a considerar que o Governo baixou os braços e que está tudo feito, estão muito enganados. Nós temos consciência de que ainda há coisas que falta fazer.

Da mesma forma que há coisas que faltam fazer nas pescas do ponto de vista de melhoria de um conjunto de infra-estruturas de apoio à comercialização de pescado, por exemplo.

Nos caminhos de penetração também.

Mas, V. Exa. leu o comunicado do Governo?

Deputado João Cunha (PSD): Li!

O Orador: Então verá que lá consta matéria referente aos caminhos de penetração, nomeadamente a Canada das Rilheiras e a Canada da Rosa, que são fundamentais para a viabilização da nova fábrica, no sentido de facilitarem o acesso àquela unidade fabril.

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que concluísse.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Há mais uma coisa que eu gostaria de acrescentar e que tem a ver com a questão do Conselho de Ilha.

Esta é a segunda vez que nós somos confrontados nesta Casa com um Conselho de Ilha que foge ao diálogo com o Governo Regional e é fundamental que os açorianos saibam se o PSD/Açores sanciona ou não sanciona esse tipo de comportamento, ou melhor, é fundamental que saibamos se a coligação sanciona ou não esse comportamento, porque até ao momento o que vimos foram sinais contraditórios.

O Sr. Deputado João Cunha diz que não é premeditado. O líder do PSD diz que aquilo tem um significado político (imagine-se!) de um Governo que envergonha os Açores.

Deputado João Cunha (PSD): E é verdade. É um Governo que já não se acredita.

O Orador: Vergonha devia ter um partido que sanciona e apoia quem foge ao diálogo com o legítimo Governo da sua terra.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Messias (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

(* **Deputado João Cunha (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs.

Membros do Governo:

Começando de trás para a frente,...

Deputado José San-Bento (PS): É melhor começar de cima para baixo.

O Orador: ... ou seja, a última questão que pôs o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, Vasco Cordeiro, significa alguma coisa, Sr. Secretário. Significa que o povo da Graciosa já não acredita neste Governo exactamente por questões que o senhor levantou e vou-lhe lembrar quais são:

Em relação a caminhos de penetração o senhor em anteriores comunicados do Governo também via lá referências a esses caminhos e sabe o que é que se fez? Nada e por isso as pessoas já não acreditam e, se calhar, já não vão lá. É isto que significa a atitude de alguns conselheiros de ilha.

Deputado Manuel Campos (PS): Não foi isso que o senhor disse.

O Orador: Mais uma coisa, Sr. Secretário:

Nós, no PSD, não recebemos nem merecemos receber dos senhores, de forma nenhuma, lições de democracia e sabe porquê? Porque muitas juntas de freguesia pediram reuniões com os senhores do Governo, que aí estão sentados nessa bancada e até hoje o Governo nem se dignou dar resposta. Isto é que é uma vergonha, Sr. Secretário!

É isto que faz com que os conselheiros não sentem no seu lugar, porque já não acreditam neste Governo. Percebeu, Sr. Secretário?

(Aplausos da bancada do PSD)

Deputado Manuel Campos (PS): Percebeu. Há pouco o senhor não disse isso.

O Orador: O senhor inscreva-se se quiser falar. Dou-lhe a resposta depois, porque agora estou concentrado noutras!

O Sr. Deputado José do Nascimento, que há pouco falou de obras prometidas em 92 pelo PSD, devo-lhe dizer o seguinte:

Deputado Nuno Amaral (PS): Ó João estás em forma. Vais fazer falta!

O Orador: O PSD perdeu as eleições, porque levou alguns anos para resolver obras que também tinha prometido, mas os senhores também já prometeram essas obras e já levam 8 anos que não as resolvem e é por isso que em Outubro também vão perder as eleições.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

(*) **Deputado Manuel Avelar (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado João Cunha:

O senhor está em forma e em fim de ciclo e por isso está aí feliz e contente.

Deputado João Cunha (PSD): Mas é voluntário.

O Orador: Não sei se será tanto assim, Sr. Deputado.

Deputado João Cunha (PSD): Também pode ser, mas pode ter a certeza que é voluntário.

O Orador: Acreditamos.

Deputado João Cunha (PSD): O senhor é novo, vai ter que acreditar em muita coisa.

O Orador: Em relação ao Conselho de Ilha, vamos clarificar a situação.

O Sr. Deputado João Cunha ainda não tinha chegado e o Sr. Presidente do Conselho de Ilha estava um bocadinho nervoso, preocupado com as horas e com o tempo. Notava-se que havia qualquer situação que não era muito clara quando ele perguntou

quanto tempo é que tinha de esperar pelo Governo e qual era o tempo pró-forma, se era um quarto de hora. Eu, por exemplo, respondi-lhe que não sabia qual era o tempo estipulado.

Depois de toda aquela situação o Sr. Presidente do Governo, e o Sr. Deputado João Cunha estava lá, convidou os dois membros do Conselho de Ilha que saíram a ficarem para conversar.

Não tinha quórum mas podia-se ter conversado na mesma, porque aquela reunião não tinha efeitos deliberativos, mas era para conversar sobre os problemas da ilha e, portanto, não precisava depois ter aquelas desculpas esfarrapadas de que não havia quórum.

Portanto, nós sabemos muito bem todas as situações, sabemos de quem foi convidado e estava lá, foi convidado a não ir.

Isto é do domínio público. A ilha é muito pequena e tudo se sabe.

Deputado Manuel Arruda (PSD): Se não estiver de acordo, estamos todos aqui para conversar.

O Orador: Sr. Deputado Manuel Arruda, não sei se o senhor chegou a formar o seu Conselho de Ilha quando era Presidente da Câmara.

Deputado Manuel Arruda (PSD): Funcionou.

O Orador: Ainda bem que funcionou. Depois que saiu de lá parece que tem algumas dificuldades.

Depois de todo este problema, os senhores que saíram sentiram-se incomodados e tanto assim foi que o Sr. Presidente do Conselho de Ilha já foi à rádio tentar justificar-se perante os graciosenses, assim como o Sr. Presidente da Câmara também, numa atitude de justificação.

Portanto, “quem não se sente não é filho de boa gente” e já entenderam que não deviam ter feito o que fizeram. Só fizeram mal aos graciosenses, não tenhamos dúvida.

Deputado Manuel Campos (PS): *Muito bem!*

O Orador: Em relação às estradas, o senhor sabe muito bem, porque em 92 já estava nesta Casa,...

Deputado António Gomes (PS): Mas ele não conhecia a Graciosa.

O Orador: ...que foram inauguradas estradas perto da sua casa pelo Sr. Primeiro-Ministro, Professor Cavaco Silva. De 92 a 96 não se fez nada e o senhor sabe melhor do que eu, porque é dessa área.

A Freguesia de S. Mateus está muito mal, é uma verdade. Aguardou pelas obras da Câmara, a rede de águas está pronta e a situação fica resolvida este ano.

Quando fala das obras na estrada Pedras Brancas/Limeira, ela não pode ser feita neste momento. O senhor não entende que se possa colocar um tapete numa estrada que não tem uma nova rede de águas. Fazer isso sem instalar primeira a rede de águas seria uma loucura, era estragar dinheiro e o senhor sabe muito bem isso.

Deputado João Cunha (PSD): Eu estou de acordo.

O Orador: Aliás, o seu colega de Partido e nosso Presidente da Câmara já o disse que, por razões que não interessam para aqui, não pode fazer esse investimento agora e, portanto, essa estrada terá de aguardar. Ela também não é das que está pior e pode esperar mais algum tempo.

Relativamente à escola, o senhor não acha que uma obra que vai custar cerca de 900 mil contos não é extremamente importante para a nossa ilha? Em termos pedagógicos e de laboratórios nós vamos ter melhores condições.

Deputado João Cunha (PSD): Eu é que disse isso que o senhor está a dizer?

O Orador: O Sr. Deputado não acha que os graciosenses devem estar satisfeitos com uma obra que será das melhores dos Açores?

Deputado João Cunha (PSD) Eu congratulei-me com isso, ali da tribuna, há um ano atrás.

O Orador: Sr. Deputado, desde 89 que era pedida aquela ampliação.

Em termos de estradas, durante este ano tudo nos leva a crer que as estradas dos Vímiais, a Canada das Rilheiras, nos Fenais e o Gretão ficarão prontas com tapete betuminoso.

Portanto, Sr. Deputado, muito se está a investir na Graciosa. Os graciosenses reconhecem isso e sabem muito bem que muito se tem feito pela Graciosa.

Deputado Paulo Messias (PS): *Muito bem!*

Deputado Francisco Sousa (PS): E vão dar-nos o seu voto em Outubro.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de salientar à Câmara, especialmente em relação à segunda parte da minha intervenção, a contradição em que cai o Sr. Deputado João Cunha, com ele o Grupo Parlamentar do PSD e com o Grupo Parlamentar do PSD, a coligação.

Aquilo que o Sr. Deputado João Cunha disse foi que a falta do Conselho de Ilha não era premeditada, mas se não é premeditada como é que o senhor consegue retirar as consequências que retira? Se não é premeditada como é que o senhor consegue atribuir um significado político a essa ausência? Se não é premeditada, aconteceu.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Aconteceu, porquê?

O Orador: O problema é que os senhores não têm coragem de assumir neste Parlamento que estão dispostos a tudo contra o Governo Regional.

O problema é que os senhores não têm a coragem e a honestidade política neste Parlamento de dizer que estão dispostos a apelar aos vossos autarcas, a apelar aos membros do Conselho de Ilha, que são do vosso partido, para faltarem, para dirigirem uma guerra sem quartel ao Governo Regional, porque é preciso que o Governo Regional não tenha a possibilidade de dialogar, porque é preciso, para a coligação, que o Governo Regional não tenha a possibilidade de construir, porque é preciso que o Governo Regional esteja paralisado, mas essa “sopinha” os senhores não a levam à boca, porque o Governo Regional dialoga sempre com quem quer dialogar com ele...

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Dialoga só com quem quer.

O Orador: Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros, ainda bem que V. Exa. diz, em aparte, que o Governo só dialoga com quem quer e é exactamente assim. Se não querem dialogar com o Governo é um acto de vontade. O problema é saber qual o sentido político disso.

Portanto, há aqui uma contradição flagrante naquilo que é o discurso e a prática política da coligação. Nessa contradição flagrante, no mesmo dia em que o

Presidente do Conselho de Ilha dizia que não era premeditado, o líder da coligação chega ao cúmulo de dizer na Povoação que efectivamente aquilo era compreensível, porque era uma situação em que tínhamos um Presidente que envergonhava os Açores. Isto são maneiras? Isso é de quem já perdeu a serenidade e o bom senso da luta política, que é inerente, que é fundamental.

Portanto, mais uma vez pergunto se, enquanto tal, no Parlamento, o PSD concorda ou não concorda, sanciona ou não sanciona a falta do Conselho de Ilha ao diálogo com o Governo? Isto corresponde ou não a mais uma estratégia política do PSD?

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Eu não posso responder. O senhor não conhece o Regimento?

O Orador: Srs. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Em relação à Graciosa nós já sabemos, porque foi o Sr. Deputado João Cunha que prometeu que para o ano, como vamos ter um Governo Regional do Partido Socialista, também não haverá reunião com o Conselho de Ilha.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

(*) Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas duas ou três notas para dizer ao Sr. Deputado João Cunha o seguinte:

Nós temos a humildade democrática de reconhecer que o PSD, enquanto foi Governo, obviamente que fez algumas obras importantes para a Graciosa em 20 anos de governação.

Eu só tenho pena é realmente o Sr. Deputado não reconhecer que os últimos dois Governos, da responsabilidade do Partido Socialista, foram, sem margem para qualquer dúvida, os melhores governos de sempre que a Graciosa já teve.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

O Orador: O Sr. Deputado acusa o Governo do Partido Socialista de ter feito pouco em 7 anos, mas esse pouco foi mais do que o que os Governos do PSD fizeram em 20 anos de governação. Os números falam por si.

Quanto à questão do castigo eleitoral, devo dizer-lhe que eu, o Partido Socialista e o Governo estamos muito tranquilos, porque se for a avaliar pela obra feita a vitória do Partido socialista é inevitável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

(*) **Deputado João Cunha (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas foge para a frente...

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): O senhor é que está a andar para trás.

O Orador: ... e não quer reconhecer aquilo que acontece na ocasião, mas isso é muito má estratégia para o futuro.

O Sr. Secretário não ouve bem aquilo que eu digo e eu vou repetir algumas coisas relativamente à sua primeira intervenção.

Eu não falei da Fábrica de Lacticínios, eu não falei em nada disso. Eu falei em caminhos de penetração e de contraste leiteiro e o senhor só na sua segunda intervenção disse alguma coisa relativamente ao contraste leiteiro. O senhor não quis falar sobre isso, talvez, porque o projecto do contraste leiteiro na Graciosa está na tal gaveta do esquecimento.

Relativamente à última das suas intervenções eu devo dizer-lhe muito tranquilamente o seguinte:

O Sr. Secretário ainda não percebeu que quem desrespeita é este Governo, porque desrespeita as autarquias e desrespeita o povo que as elegeu. Este é que é o fulcro da questão e é por isso que os seus representantes já não acreditam nos senhores e, se calhar, é por isso que tomam as atitudes que tomam. Compreendeu Sr. Secretário? Está claro ou não está claro?

O Governo Regional de há muito, com base numa maioria musculada, é que desrespeita as autarquias e as da Graciosa não fogem à regra e talvez por isso é que os seus representantes não compareceram à reunião do Conselho de Ilha.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta é apenas uma intervenção para dizer que fiquei esclarecido...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem! Estamos todos!

O Orador: ... e penso que todos estão esclarecidos.

A partir de agora a palavra de ordem é “guerra sem quartel”...

Deputado Mark Marques (PSD): Isso é o que o senhor ouve em casa e depois traz para aqui. Não confunda.

O Orador: ... e é natural que desde reuniões de Conselho de Ilha, desde outro tipo de diálogos em que é necessário haver uma cooperação efectiva, da parte da coligação haja uma ordem clara “guerra sem quartel”.

As palavras do Sr. Deputado João Cunha esclareceram-me na perfeição.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Fale do contraste leiteiro.

O Orador: Em relação ao contraste leiteiro, Sr. Deputado João Cunha, e Sr. Deputado Joaquim Machado que revela insuspeitos interesses sobre leiteiros, V. Exa. esteve a reunião do Conselho de Ilha,...

Deputado João Cunha (PSD): Estive com muito prazer e gosto. **O Orador:** ... embora atrasado, depois de terem saído os que entenderam sair, e ouviu o que eu disse na reunião do Conselho de Ilha sobre o contraste leiteiro.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Afinal houve Conselho de ilha.

Deputado João Cunha (PSD): Não foi nada.

O Orador: Eu disse alguma coisa, mas o Sr. Deputado João Cunha resolveu adoptar a técnica de quartel e de juramento de bandeira.

Quando não convém ao Sr. Deputado João Cunha, ele faz como a outra mãe que, com todo o enlevo, olhava para o filho a marchar e dizia-lhe: “louvado seja Deus, vai tudo errado, só o meu filho é que vai certo”. Assim está o Sr. Deputado João Cunha.

Sou eu e só eu é que não percebo aquilo que o Sr. Deputado João Cunha diz, o resto está tudo muito bem esclarecido. O problema sou eu que não percebo. Ele está certo. Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E o contraste leiteiro? Essa parte está a correr mal.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

(* **Deputado João Cunha (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Volto a pedir a palavra neste já longo debate apenas para prestar alguns esclarecimentos ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Sr. Secretário, eu posso ir de passo trocado, mas o senhor pode ter a certeza de que também vai com o seu.

Deputado Herberto Rosa (PS): Então acerte!

O Orador: Se calhar, infelizmente, estamos os dois de passos trocados.

(Risos da bancada do PS)

O Orador: Sr. Secretário, eu estive na reunião e aquilo que o senhor disse, e que eu ouvi, foi que não se podia fazer o contraste leiteiro, porque não há possibilidades técnicas para o fazer.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Vasco Cordeiro): Não é verdade!

O Orador: Bom, se não é isto verdade, o senhor vai dizer o que é que disse, porque ouvi o que é que disse e também lhe vou dizer se está a falar verdade ou não.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Vasco Cordeiro): Eu vou dizer o que é que disse, mas é óbvio que o senhor vai dizer que eu não estou a dizer a verdade!

O Orador: Se o senhor tivesse resolvido o problema já não estaríamos aqui a debatê-lo. Compreende?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

(* **Deputado Manuel Avelar (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado João Cunha:

Apenas duas notas em relação às obras do Centro de Saúde que vão avançar este ano.

O senhor sabe que foi o seu Governo que fez a ampliação, mas que deve ter tido uma péssima fiscalização. Tivessem chamado a atenção dessas pessoas.

Deputado João Cunha (PSD): A fiscalização era feita por aqueles que faziam parte das vossas listas. Eram aqueles que davam corpo às vossas listas. Tome nota!

O Orador: Eu não preciso de tomar nota, o senhor é que tem que assumir essa responsabilidade.

Essas obras vão avançar e ainda bem que vão avançar este ano.

Em relação aos médicos é verdade que eles são precisos, mas seria conveniente que a coligação interferisse junto de Lisboa. Só não temos mais um médico, porque está aguardar uma assinatura da Administração Regional de Saúde de Lisboa. Há um médico interessado em vir para a Graciosa há bastante tempo e aguarda apenas uma assinatura.

O senhor conhece tão bem quanto eu essa situação e sabe muito bem que precisamos, porque os dois médicos existentes na Graciosa são insuficientes. O senhor tenha a coragem de admitir que há bloqueios da ARS de Lisboa para que o médico ainda não tivesse cá chegado.

Deputado João Cunha (PSD): Há bloqueios? Olhe que o que está a dizer é grave!

O Orador: Só agora é que o senhor descobriu? Está atrasado. Descubra tantas coisas cedo, mas não descobriu esta.

Em relação à desertificação, para recuar um pouco no tempo, desde finais da década de cinquenta deu-se o início da emigração. Não só a Graciosa, mas todas as ilhas ditas mais pequenas sofrem um processo de desertificação. É preciso trabalhar para que se dê qualidade de vida a quem fica. É preciso criar condições para quem fica, mas isso é uma realidade que nós vamos ter de confrontar nas próximas décadas, conforme dizem os estudos científicos que existem.

Presidente: Creio que estamos a chegar ao fim do nosso debate.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação ao contraste leiteiro da Graciosa aquilo que foi dito foi que a possibilidade que havia, e que estava em estudo, em relação à Terceira não se afigurava possível por causa da capacidade e que o governo assumia que, nesta questão do contraste leiteiro, mais importante do que dar início ao contraste leiteiro era que ele se mantivesse, criar as condições para que houvesse regularidade e que fosse efectivamente desenvolvido a longo prazo. É esta a utilidade dum contraste leiteiro.

Também disse que estava em estudo a possibilidade do contraste leiteiro em S. Miguel

Foi isto que foi dito na Graciosa.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais ninguém inscrito, vamos entrar no nosso Período da Agenda da Reunião, que tem como primeiro ponto a **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional 15-A/98/A, de 25 de Setembro, que estabelece os apoios a conceder aos sinistrados da crise sísmica de 9 de Julho de 98, com vista a promover a reconstrução das habitações afectadas, através da adopção de medidas excepcionais de carácter financeiro”**.

Tem a palavra para apresentar o diploma, o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

(*) Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Governo traz aqui ao Parlamento uma alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 15-A/98/A, de 25 de Setembro, com vista a permitir apoiar alguns sinistrados que, no âmbito deste processo, sendo comodatários e arrendatários, se veio a verificar estarem impossibilitados de acederem aos apoios previstos nesse diploma por falta de terreno para a construção da habitação a que tinham direito no citado Decreto Legislativo Regional.

Propõe-se duas modalidades, uma modalidade de comparticipação financeira à aquisição de terrenos, com uma escala indiciária que nos pareceu a mais adequada e justa, perante os preços médios dos lotes que se praticam nestas ilhas e também sob

o ponto de vista de justiça e dos recursos financeiros que se podem atribuir a esta comparticipação.

Por outro lado, prevê-se também a possibilidade duma comparticipação noutra modalidade, ou seja, no pagamento duma renda por um prazo não superior a 20 anos onde não há retribuição de juros e que possam, em loteamentos edificados, permitir também aos sinistrados, que são arrendatários e comodatários, que não dispõem de terreno, poderem por esta via terem acesso à sua habitação.

Em suma, é este o espírito desta Proposta de Decreto Legislativo Regional que trazemos a esta Assembleia e que nos parece que vai continuar a minimizar ainda alguns casos residuais que não estavam contemplados no diploma anterior.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

(*) **Deputado Renato Leal (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com a apresentação desta Proposta de Decreto Legislativo Regional, o Governo Regional honra mais um compromisso.

Por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista é com manifesta alegria que chegamos a este ponto, porquanto, como os sinistrados bem sabem e os nossos eleitores também o sabem, sempre dentro do Grupo Parlamentar do Partido Socialista se acreditou que era possível, à medida que o tempo ia passando e que se identificava este nicho muito complexo e muito concreto, mas simultaneamente muito delicado de sinistrados, encontrar-se uma solução, dentro do quadro legal, justa e adequada às suas necessidades.

Nunca fizemos grande alarde das diligências que, sempre que nos era possível, íamos desenvolvendo. Falo de todos os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mas de uma forma mais específica os deputados eleitos pelas ilhas do Faial e do Pico que, insisto, dentro das suas possibilidades e com os meios disponíveis, sempre se empenharam no sentido de formar uma posição que permitisse chegar onde efectivamente estamos hoje.

É por isso que, dentro dos critérios de justiça, se nos afigura que estamos a contribuir para que um nicho muito concreto, mas simultaneamente muito complexo

e delicado de sinistrados, possa acalentar esperanças que rapidamente se transformem em certezas de que o seu problema poderá, a muito curto prazo, vir a ter uma solução rápida e eficaz por forma a que possam encarar o futuro com a tranquilidade que todos desejamos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional, agora apresentada pelo Governo Regional, procura suprir uma dificuldade concreta que a legislação sobre o sismo de 1998 não prevê e afecta cerca de 100 agregados familiares nas ilhas do Faial e Pico.

De facto, desde o início desta legislatura foi possível detectar que havia várias situações de alguma importância que, ou não estavam a ser enfrentadas com respeito pela legislação em vigor, ou então não tinham pleno cabimento nesta mesma legislação, prova da complexidade inerente a um processo desta natureza.

Um desses casos é o dos sinistrados comodatários e arrendatários, pertencentes ao 1º escalão e que, embora tendo direito a uma casa, porque não têm terreno nem posses para o vir a adquirir, estavam em risco de ficarem de fora do processo de reconstrução.

É esta situação concreta que agora se pretende resolver.

Importa dizer que, pela nossa parte e em abono da verdade, o assunto já há três anos que estava resolvido e nessa medida os casos ou já poderiam estar solucionados ou muito perto disso. Não o quis o Partido Socialista que em Junho de 2001 chumbou o Projecto de Decreto Legislativo Regional que o PSD apresentou e que resolvia esta e outras situações.

A Proposta que o Governo Regional aqui apresentou, e que conheceu significativas melhorias na Comissão, merece a nossa concordância geral, na medida em que procura resolver um problema real e que é imprescindível que seja solucionado, sem prejuízo de merecer algum distanciamento não só porque algumas soluções divergem daquele que, em nosso entendimento, seria o melhor caminho, mas também porque a experiência da forma como o CPR e o Governo concretizam, na prática, as leis, obriga a algumas reservas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

(* **Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós estamos a abordar uma matéria que é extremamente importante e que diz respeito àquilo que foi classificado como sendo um nicho restrito de casos de sinistrados Diz respeito a 117 casos.

É uma situação detectada com clareza, suponho que desde finais de 99, e é uma situação que no plano político foi algo de muitíssimas diligências e pressões até se conseguir criar, com dificuldade, as condições políticas para que o problema pudesse progredir.

Não se tratou idilicamente de esperar que se percebesse e que se visse. Tratou-se, sim, de combater posições muito fechadas e que, à partida, não queriam introduzir qualquer espécie de alteração. Posições tão fechadas que foram comprovadas com uma primeira emissão, depois retirada, de cartas de arquivamento de processos, por não cobertura legal.

Portanto, não estamos aqui a falar numa coisa que foi assim tão pacífica por aí além e só dum problema de tempo. Não, estamos a falar de um problema político sério que se foi desenvolvendo.

Como é do conhecimento público e desta Câmara, o Grupo Parlamentar do PCP assumiu desde o início a posição de contribuir para que se encontrasse uma solução política viável. Sempre assumiu essa posição. Assumiu isso na Comissão Eventual de Acompanhamento da Reconstrução do Sismo, assumiu isso em todas as espécies de diligências formais ou informais feitas pelos Srs. Deputados. Assumimos isso junto da opinião pública e através dos meios de comunicação social.

Nunca desistimos de contribuir para se criar condições políticas, e penso que o termo aqui é mais bem empregue do que nunca, **para que fosse feita justiça**, porque uma eventual não resolução capaz destes casos, consubstanciava uma profundíssima injustiça, porque dentro destes casos, a maior parte deles dizem respeito àqueles que na nossa sociedade são dos mais desfavorecidos. Eram esses que eram postos de lado pela ausência de resolução se o caso não fosse resolvido e daí o nosso empenho para que este assunto tivesse uma solução.

Penso que podia ter sido, em termos legislativos, resolvido há muito mais tempo e penso que poderia ter agora um outro andamento.

A proposta apresentada foi tratada na Comissão que melhorou o documento, melhorias essas que fazem com que o documento possa ser eficaz.

No entanto, gostava de chamar a atenção desta Câmara para um aspecto. Este diploma prevê, na prática, duas espécies de mecanismos.

É preciso, em termos político-executivos, ter a noção de que o sucesso deste quadro legislativo agora criado depende muito da opção dos mecanismos, ou seja, se a maior parte destes casos forem resolvidos pela forma possível, de se fazer os loteamentos, etc., e depois fazer a cedência mediante pagamento do valor do lote em condições tipificadas, então os casos vão ser resolvidos.

Se se apelar demasiadamente à iniciativa desses sinistrados, muitos casos dificilmente o serão.

De qualquer maneira o quadro legal cobre essas possibilidades e caberá às autoridades competentes aplicá-lo bem. Não tenho razões para duvidar que haja qualquer intenção de o não aplicar bem. Não é isso que estou a dizer, longe de mim qualquer insinuação nesse sentido, mas é preciso é ver, com lucidez, de que tipo de casos, no plano social, estamos a tratar.

Voltará esta Assembleia, ainda nesta sessão legislativa, a ter que se debruçar sobre matérias da reconstrução.

Se tivermos presente, nomeadamente a Resolução aprovada em 2002 nesta Casa, veremos que nem tudo está resolvido. Alguns pontos dessa Resolução estão, e este é um deles.

Portanto, vai ser necessário mais uma vez esta Assembleia dar contributos fortes para que questões ainda relacionadas com o 1º escalão e com as empreitadas, com o 2º e 3º escalão, com as reabilitações e alguns casos avulso possam ser resolvidos. Nesta legislatura será a nossa última oportunidade.

Voltaremos em Junho a abordar estas questões.

O Grupo Parlamentar do PCP aprova, sem reservas, esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, sabendo que depois o poder executivo tem uma responsabilidade grande no tipo de execução que optar. Aprova-a de alma e coração,

porque sente que contribuiu muito para que as inércias fossem vencidas, para que as teimosias fossem amaciadas e para que um problema que também é humanitário, fosse encarado com esse grau de importância.

Muito obrigado.

Presidente: Concluído o debate na generalidade, vamos passar à votações e eu pedia especial atenção aos Srs. Deputados da Comissão de Política Geral que tiveram intervenção neste processo e também alguma colaboração, porque esta votação reveste-se de alguma complexidade.

Como já devem ter reparado há imensas alterações, há aditamentos e temos que votar atentamente.

Está a ser distribuída uma proposta de alteração que foi agora entregue pelo Partido Socialista.

Posso também informar que o Partido Socialista assumiu as propostas que vieram da Comissão.

Assim sendo, vamos fazer a votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao debate na especialidade. Embora em refira artigo 1º, depois vamos no interior deste artigo tratar de cada uma das disposições normativas que dizem respeito ao diploma principal.

Vou pôr à votação o artigo 1º, sem embargo de pôr também à votação depois cada uma das disposições normativas que estão nele incluídas.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Agora, vamos àquilo que eu dizia, ou seja, este artigo primeiro altera o artigo 2º.

Os Srs. Deputados que concorda, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Considerarei também que a epígrafe estava aceite.

Passamos ao artigo 7º. A situação deste artigo é igual, também tem alterações.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Para efeito de gravação, também se inclui aqui a epígrafe proposta, “*Arrendamentos e comodatos*”.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este artigo é o que consagra a solução básica para a questão dos arrendatários e comodatários.

A preocupação que temos com a equidade e a justiça na operacionalização das leis que são aprovadas e o passado deste Governo e do CPR que, no dia a dia, neste domínio, não nos conforta nem nos tranquiliza, levou-nos a abster neste artigo por temermos que algumas dúvidas que temos e algumas expectativas que foram criadas possam não ter correspondência prática.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este é o artigo essencial da Proposta relativamente ao qual não podíamos deixar de votar favoravelmente, registando aqueles que se demarcam da solução deste problema.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para uma declaração de voto.

(*) **Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O nosso voto a favor no decreto legislativo e neste artigo em especial deve ser entendido como a expressão política da vontade de contribuir para que este problema seja efectivamente resolvido no quadro das condições sócio-económicas concretas existentes.

O afastamento desta dupla solução que aqui é colocada, pode ser interpretada como semelhante à que Pilatos tomou há 2000 anos atrás e, portanto, nós não lavamos as mãos.

No plano teórico e legislativo, admitimos que possa haver estes dois tipos de solução. Sabemos, no plano político, prático e social, qual é a solução que tem que ser maioritária, entendemos que não faz sentido inviabilizar a outra para aqueles que preferam e possam optar por ela.

Se efectivamente o poder executivo agir mal sobre isto, isso não mancha a Assembleia Legislativa Regional, mas, sim o poder executivo, mas como a política funciona, numa matéria destas, é de extrema importância e vantagem que o poder executivo sinta que tem que agir bem com este artigo e com esta dupla filosofia. Daí a nossa opção de peito aberto.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos passar agora à votação do artigo 10º do diploma que tem uma proposta de alteração que vem da Comissão e que altera a epígrafe “*Limites dos apoios*”.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 16º há uma proposta de alteração ao decreto proposto e também da Comissão vem uma proposta de alteração da respectiva epígrafe.

Vamos fazer a votação do artigo 16º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 17º há uma proposta de alteração ao nº 4, que está no próprio diploma e uma proposta de alteração para as epígrafes.

Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vou pôr agora à votação uma proposta de alteração que vem da Comissão e que diz respeito a todas as epígrafes e que diz: “Estão inseridas no

Decreto Legislativo Regional 15/A/98, alterado pelo Decreto Legislativo Regional nº 8/2003/A, as seguintes epígrafes: ...”

Portanto, vamos fazer uma aprovação genérica de todas estas epígrafes.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos agora passar aos aditamentos.

O Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD está a propor que se vote na globalidade estes aditamentos.

Não sei se há alguma oposição da Câmara.

Portanto, posso pôr à votação todos os aditamentos com excepção do 21º-A, para o qual há uma proposta.

Eu chamo a atenção dos Srs. Deputados da Comissão que vão ter que fazer a redacção final.

Com este entendimento vamos votar todos os aditamentos propostos, com excepção do 21º-A.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os aditamentos propostos foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de aditamento para o artigo 21º-A.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao artigo 3º, cuja epígrafe é “*Formalização de candidatura*”.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, quando votámos a proposta da Comissão, aquilo que na proposta inicial é o artigo 3º, passou a ser no aditamento o 14º-A. Portanto, este artigo já foi votado. O artigo que falta votar é o artigo 3º, “*Republicação*”.

Presidente: Foi isso que eu comecei por dizer, mas corrigiram-me.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Desculpe Sr. Presidente, tem toda a razão.

Presidente: Estão aceites as desculpa, mas é exactamente isso que eu tinha dito.

Portanto, vamos votar, como disse o Sr. Deputado Hernâni Jorge, o artigo 3º, “*Republicação*”, porque o outro estava incluído nos aditamentos que votamos anteriormente.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 3º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação do artigo 4º, “*Entrada em vigor*”.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como encontram.

Secretário: O artigo 4º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos agora fazer a votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma e com as alterações introduzidas, por favor mantenham-se como encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional, em votação final global, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Este diploma baixa à Comissão para redacção final.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É com particular satisfação que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista assiste à aprovação desta alteração legislativa ao diploma que regulamenta a resolução dos problemas de habitação na sequência do sismo de 1998.

No momento em que foram encontradas as soluções financeiras e as soluções técnicas para resolver um problema concreto e complicado que abrange cerca de uma centena de sinistrados nas ilhas do Pico e do Faial, o Governo Regional tomou a iniciativa, a Comissão trabalhou sobre ela e aqui acabámos de aprovar, quanto a nós, uma boa solução técnica que permitirá resolver esses casos concretos dessa centena de sinistrados.

Continue a existir a tempo e horas a solidariedade da República, a transferência a tempo e horas dos devidos e comprometidos 60% do valor e dos custos da reconstrução, para que o processo prossiga no ritmo que tem vindo a acontecer e que outras soluções venham a ser adoptadas por quem tem que dar resposta, e neste caso é o Governo Regional, aos problemas da reconstrução do sismo de 1998.

Não podemos também deixar de estranhar e lamentar que no essencial que estava colocado aqui na discussão deste diploma, que era a solução e o encontrar de soluções para os problemas daqueles que ao longo destes anos foram sendo conhecidos e designados por “Os sem terra”, não tenha obtido o apoio unânime desta Casa, não tenha obtido o apoio de todos.

Apenas alguns quiseram deixar marcado e registado o seu voto com vista à solução deste problema. É um registo que fazemos pela negativa.

Era importante que, mais uma vez, todos tivéssemos a caminho no mesmo sentido de forma a resolvermos mais um dos problema da reconstrução.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD está perfeitamente à vontade no debate e na votação deste diploma, porque há três anos nesta Casa apresentámos uma proposta de solução para este e outros problemas que os senhores agora retomam numa determinada medida e na altura votaram contra.

Portanto, nós estamos perfeitamente à vontade.

Por nós, o problema que os senhores agora querem resolver, estava resolvido há três anos...

Deputado Luís Medeiros (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... e não foi resolvido, porque os senhores votaram contra.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não é verdade, Sr. Deputado.

O Orador: O caminho que nós defendemos naquela altura era um caminho diverso do vosso.

Nós respeitamos as diferenças, mas não nos podem é obrigar a seguir o caminho que os senhores querem.

Nós aceitamos genericamente a bondade desta proposta e o objectivo que ela quer atingir e por isso votámos a favor na generalidade e na votação final.

Não nos podem é obrigar a seguir o caminho que os senhores querem e por isso simbolicamente marcamos, nesse aspecto particular, a diferença e essa diferença é a

representação da preocupação que temos com a justiça e a equidade no tratamento dos casos dos sinistrados, porque nós sabemos, os faialenses sabem, os sinistrados sabem que, com este Governo e com este CPR, os sinistrados não são todos iguais perante a lei. Há uns que são mais iguais do que outros e é essa preocupação que nós deixamos aqui expressa.

Nós marcamos a nossa diferença, nós não andámos aqui nem procurámos lavar as mãos de nada nem de ninguém, porque a mesma legitimidade que nos levou aqui num ponto apenas a nos abster, é a mesma legitimidade que levou que quem nos diz isso, há três anos também se tenha absterido da solução deste problema.

Deputados Joaquim Machado e Luís Medeiros (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Portanto, estamos em perfeita igualdade e em respeito total pelas nossas posições.

Finalmente o dinheiro da reconstrução não vai faltar seguramente para resolver este problema, porque se faltasse, perguntariam os faialenses: Então não há dinheiro para as nossas casas e o dinheiro da sociedade que foi criada para resolver a reconstrução está a ser utilizado para fazer estradas noutras ilhas?

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Isso é falso.

O Orador: Tenham paciência!

Deputados Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

Deputado Hernâni Jorge (PS): Venham os 60%.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): São verbas comunitárias. Não tem nada a ver com o que diz.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

(*) **Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uma muito breve declaração de voto.

Não quero repetir o que já disse, no entanto é bom frisar, na sequência das restantes declarações de voto, que o PCP está perfeitamente à vontade nesta matéria, porque desde o início e com toda a coerência tomou como opção contribuir para que fossem criadas condições políticas no sentido deste problema ser resolvido e fizemo-lo sempre de forma sistemática e empenhada como não pode ser negado por ninguém.

Fizemos isso nas posições aqui tomadas, nas intervenções feitas, nos contactos feitos e numa questão colocada ao então Presidente do Grupo Parlamentar do PS, não sei se há cerca de dois anos e meio, em que questionei directamente o então Presidente, Dr. Vasco Cordeiro, no sentido de saber se o Partido Socialista, se empenharia ou dava garantias de que os pontos da resolução que estava a ser falada iriam ser concretizados. Recordo que nessa altura o Sr. Dr. Vasco Cordeiro disse que sim, que se empenharia.

Eu registo hoje isto, de forma clara, por três razões essenciais, primeira, por ser verdade; segunda, porque essa questão é resultante duma evolução política no qual também me empenhei muito fortemente e fiz muita pressão; e terceira e principal porque ainda há pontos por concretizar e temos que trabalhar até Junho para criar as condições políticas da sua concretização. É essa a razão fundamental que, com inteiro rigor, com claríssima coerência e com o resultado do esforço feito, o Grupo Parlamentar do PCP votou com muito agrado integralmente este diploma.

Presidente: Srs. Deputados, temos ainda mais três pontos da nossa ordem de trabalhos e falta uma hora e tal para atingirmos a hora regimental. Entretanto, mas vamos fazer um intervalo de 5 a 10 minutos.

(Eram 11 horas e 55 minutos)

Presidente: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 10 minutos)

Passamos ao segundo ponto da nossa Agenda da Reunião, **Proposta de Resolução – “Defesa da qualidade e proximidade na prestação dos serviços disponibilizados pela EDA, Lotaçor e Serviços da Segurança Social”**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Resolução, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, assenta nos mesmos pressupostos e fundamentalmente nos mesmos princípios da Proposta de Resolução que, na sessão plenária de Abril, este mesmo Grupo Parlamentar aqui apresentou, relativamente ao encerramento de algumas estações do correios da tutela dos CTT e, portanto, do Governo da República.

Um dos princípios de actuação por parte deste Grupo Parlamentar é o da similitude, reclamando quer do Governo da República, quer do Governo Regional, quer ainda de qualquer outra entidade ou organismo com responsabilidades em prestar serviço público aos açorianos, que continuem a prestar com a mesma qualidade e com o mesmo grau de proximidade, como até agora o faziam, melhorando essa prestação tanto quanto seja possível.

É com este sentido de responsabilidade que o fazemos, porque o nosso dever e a nossa obrigação, como eleitos e representantes legítimos das populações dos Açores, é defender e zelar pelos seus interesses e pela sua qualidade de vida e de bem-estar social.

Neste caso concreto a nossa Proposta de Resolução vai no sentido da defesa da qualidade e proximidade na prestação dos serviços disponibilizados pela EDA, pela Lotaçor e pelos Serviços de Segurança Social, criados para servir melhor as populações açorianas.

Não defendemos de forma cega que tudo o que foi feito está bem feito, pelo contrário associamo-nos e damos o nosso aval a tudo o que seja feita em prol da eficácia e da eficiência.

No entanto, convém sublinhar que estes serviços descentralizados foram criados para servir melhor e sobretudo com maior equidade todos os açorianos, independentemente de estarem mais perto ou mais afastados dos grandes centros.

Não terão sido certamente criados, porque faltavam na época ideias aos governantes ou responsáveis das empresas públicas em referência para melhor utilizar os recursos humanos e financeiros em acções mais úteis. Foram certamente criados, porque se revelavam importantes e essenciais.

Por isso é nossa obrigação hoje apelar ao bom senso de quem governa e decide sobre a prestação do serviço público na Região, que use de prudência e sentido racional na

reorganização, estrutural desses mesmos serviços, para que tal não se faça em prejuízo dos interesses das populações açorianas.

É por isso que repito aqui aquilo que referi quando o Grupo Parlamentar do PSD apresentou no mês de Abril a Proposta de Resolução sobre os CTT:

“Disponibilizar certos serviços aos açorianos, em particular em algumas ilhas, é assumir custos nem sempre compatíveis com a viabilidade económico-financeira, isto se quisermos respeitar a livre e expressa vontade de muitos açorianos viverem nas suas terras de origem.

E não é sem preocupação que temos assistido nos últimos tempos por parte de alguns organismos públicos e departamentos governamentais a uma gestão mais tecnocrática e economicista do que baseada numa visão de política social e sobretudo de justiça social, feita para nove ilhas, ainda com muitas desigualdades”.

Deputados Mark Marques e Manuel Arruda (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Campos.

(*) **Deputado Manuel Campos (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós consideramos interessante esta Proposta de Resolução, tem pormenores que nos induzem à reflexão e que nos levam a questioná-los.

Nomeadamente no que respeita às lotas, sabe-se que, é do conhecimento público, há uma preocupação de melhorar a qualidade e a prestação dos serviços.

A Lotação mantém, preserva e assegura toda a recolha do peixe a nível da Região e em todos os Concelhos, havendo apenas uma alteração na estrutura de funcionamento preservando esse lado mais importante.

Não podemos deixar de estranhar que haja esta espontânea preocupação da parte do PSD relativamente à prestação de serviços, quando há muito anos – repito, há muitos anos – há um Concelho em S. Miguel que não tem lota, o Concelho do Nordeste, e nunca me apercebi, pelo menos, que o PSD manifestasse alguma preocupação relativamente a essa prestação de serviços.

Portanto, não entendemos que surja essa preocupação agora, quando, nalguns casos, há muitos anos que não existem lotas.

Ouvi atentamente a intervenção do Deputado Cláudio Lopes e é interessante referir aqui o caso concreto da ilha do Pico.

Nós temos neste momento na ilha do Pico, e concretamente em S. Roque, o primeiro projecto a funcionar relativamente ao apoio às pescas, à conservação e até ao fornecimento de gelo. Melhorou qualitativamente a prestação de serviços da parte da Lotaçor.

Estive atento à sua intervenção, como disse, e não me parece que tenha feito alguma referência a este pormenor que é relativamente recente, é de Outubro do ano passado, e que confirma efectivamente a qualidade de serviços, que não só se mantém, como há uma constante preocupação de os melhorar e melhorá-los passa também, como acabei de dizer, por uma questão que nos parece essencial que é o fornecimento de meios de conservação do pescado, para valorizar o seu preço.

As lotas mantêm-se e há agora um sistema de recolha que garante, com vantagens económicas para os pescadores, a comercialização do pescado em primeiro venda. Isso é uma constatação que qualquer um de nós pode fazer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

(*) **Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós vamos votar favoravelmente esta Proposta de Resolução, apresentada pelo PSD, porque entendemos que, neste momento, ela vem chamar a atenção para uma matéria que é importante para muitos daqueles que, nos lugares mais recônditos da Região Autónoma dos Açores, necessitam de utilizar determinados serviços públicos, concretamente aqueles que estão aqui apontados: a EDA, a Lotaçor e os Serviços da Segurança Social.

Cada vez mais se fala na necessidade de descentralização da Administração.

Cada vez mais se fala que os cidadãos têm que estar mais próximos da Administração.

Todos nós hoje sabemos que a possibilidade que é dada no relacionamento entre o cidadão e a Administração, vai ao ponto de se poder pagar os impostos comodamente sentados num gabinete com um computador à frente ligado à internete.

No entanto, neste momento, nesta Região há uma preocupação que nós consideramos justa e que é contemplada nesta proposta, que é o facto de cada vez mais se começar a anunciar que determinados serviços que desde há muito tempo estiveram ao serviço dos mais humildes, daqueles que mais necessidades têm, daqueles que menos mobilidade têm e que gradualmente começa-se a anunciar que lhes vão ser retirados, nós não podemos concordar com isso, porque esses serviços continuam a servir, continuam a ser necessários, continuam a ser importantes.

Quando nos dizem que determinado sector da nossa população mais idosa que recebe as suas pensões nos serviços externos da segurança social, onde em muitas ilhas ainda se chama Casa do Povo, que amanhã vão ter de ir à sede do concelho ou aos serviços centrais para receberem esses dinheiros, ...

Deputado Manuel Campos (PS): Não é nada disso.

O Orador: ... a nós confrange-nos, a nós preocupa-nos.

Quando em determinadas ilhas existiam serviços da EDA que permitiam ao utente ir pagar a sua energia eléctrica, pessoas que nem conta bancária têm, pessoas que não lidam com transferências bancárias e que agora lhes dão como solução a transferência bancária, que eles nem sabem do que é que se trata, porque já têm 60, 70 ou 80 anos e nunca a utilizaram, a nós isso dá-nos grandes preocupações.

Quando em determinadas ilhas se começa a anunciar e nalgumas já se concretizou o fecho de determinadas lotas, com preocupações graves para determinados sectores de pescadores ...

Deputado Manuel Campos (PS) Diga onde, Sr. Deputado?

O Orador: Digo claramente. Na ilha das Flores foi anunciado o encerramento da lota das Lajes das Flores. A Lotação já recuou, mas se essa decisão tivesse sido levada até ao fim prejudicava nitidamente os pescadores.

Deputado Hernâni Jorge (PS): A lota está fechada?

O Orador: Mais:

Se isso acontecesse levaria a que o preço do peixe na ilha das Flores diminuísse e levaria a que determinados compradores de peixe pura e simplesmente deixassem de comprar peixe na ilha da Flores e, portanto, são problemas efectivamente graves.

Deputado Manuel Campos (PS). Está a inventar, Sr. Deputado, isso é invenção!

O Orador: Mais:

Quando se fez determinadas melhorias em relação a esta lota das Flores não se atendeu ao facto de no Entrepasto, da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, existir e funcionar uma lota e ninguém se preocupou em que aquelas instalações deviam ter as condições que uma lota deve ter. Isto apenas para citar um caso concreto, porque foi perguntado pelo Sr. Deputado do Partido Socialista.

Este estado de coisas preocupa-nos e pensamos que a administração tem que continuar junto dos cidadãos e tem que ter um relacionamento cada vez mais íntimo com os cidadãos. Isto só se consegue mantendo determinados serviços, que foram e continuam ainda a ser hoje essenciais.

Deputado José Decq Mota (PCP): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta matéria a Comissão de Economia procedeu à audição dos responsáveis por cada um dos serviços mencionados e relativamente aos Serviços de Segurança Social a Comissão recebeu a informação de que, de facto, aconteceram condicionantes que implicam a diminuição dos dias de atendimento nas freguesias, condicionantes essas que são o facto de ter havido uma drástica diminuição do número de funcionários da Segurança Social, por razões, na sua maioria, de aposentação e um aumento significativo do número de tarefas desempenhadas pelos funcionários nos centros concelhios, com origem sobretudo no processamento do complemento de pensão, bem como na reapreciação que é necessária fazer de todos os processos do anterior Rendimento Mínimo Garantido, actual Rendimento Social de Inserção.

Ocorre também um grande aumento do recurso à transferência bancária para proceder ao pagamento das contribuições e prestações e uma diminuição do número idosos a receber pensões através do serviço de freguesia.

Neste momento, de facto, é um serviço residual e na maior parte acontece por transferência bancária ou vale.

Contudo, e apesar da necessidade de racionalização e reorganização dos recursos humanos, foi assegurada a garantia da permanência do serviço de freguesia e, por outro lado, que entre os dias 10 e 15 de cada mês, altura do pagamento das pensões, o atendimento será a tempo inteiro, na manhã ou tarde, conforme o número de idosos a receber ainda pensão directamente no serviço de freguesia.

Relativamente à EDA, a Comissão procedeu também à audição do Sr. Secretário Regional da Economia, bem como do Director Comercial dos Serviços da EDA e foi afirmada a manutenção dos serviços de atendimento da EDA nos diferentes Concelhos da Região Autónoma, revestindo-se, contudo, uma alteração que tem a ver com a forma de atendimento ocorrida em S. Roque e na Calheta, tendo sido precedida de informação e consulta às entidades representativas da população desses locais.

No sentido de avaliar essa alteração na forma de atendimento, foi elaborado um inquérito em S. Roque, do qual se pode retirar as seguintes conclusões:

Em primeiro lugar, pela melhoria da qualidade dos serviços e em segundo lugar, pela apreciação positiva, face aos diferentes aspectos de relacionamento com a mesma, de tal forma que as conclusões do inquérito são as seguintes:

- 94,8% dos clientes avaliam como bom ou muito bom o tratamento do assunto que expôs ao funcionário, ou seja, em qualidade de serviço;
- 98,2% dos inquiridos classificam o tempo de espera do atendimento como muito rápido ou rápido;
- 93% dos inquiridos consideram como muito vantajoso ou vantajoso o novo serviço, nomeadamente do horário de atendimento.

Desta forma e pelo exposto, entendemos que não faz sentido votar favoravelmente a presente Proposta de Resolução, uma vez que se mantém a proximidade no atendimento às populações, que é uma das premissas desta Proposta de Resolução, quer em termos da EDA, quer em termos da Segurança Social, quer em termos da Lotação em que se racionaliza os recursos e melhora a qualidade do serviço prestado num e noutra caso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(* **Deputado Alvarino Pinheiro (PP)**): Sr. Presidente, Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS/PP gostaria apenas de declarar o seu apoio e o seu voto favorável a esta Proposta de Resolução.

Aliás, se tivermos em conta alguns dos aspectos acabados de referir pela Sra. Deputada que me antecedeu, julgamos que não há grande contradição entre aquilo que ela refere e aquilo que esta Proposta de Resolução pretende salvaguardar.

Nós compreendemos a preocupação que está subjacente ao autor da proposta, aliás, à semelhança do que aconteceu ainda não há muito tempo, quando esta Assembleia apreciou uma matéria algo paralela que teve a ver com a questão da cobertura dos serviços dos CTT na nossa Região.

Porque não podemos ignorar, e temos consciência disso, há que respeitar e incentivar um processo natural de preocupações em matéria de gestão, rentabilidade e uma apreciação permanente por parte das empresas e dos serviços que são prestados.

É inegável que, na óptica da boa gestão e da racionalização na prestações dos serviços, entramos facilmente, numa região com as características da nossa, em zonas de rotura ou de contradição, ou seja, a partir de determinada altura coloca-se a questão da componente social de alguns dos serviços que reconhecemos que devem estar acessíveis e próximos das populações e dos utentes.

Portanto, parece-nos que aqui também é uma questão de bom senso.

Nós compreendemos as preocupações que estão subjacentes à Proposta de Resolução. Na óptica do Partido Popular, ela reúne condições.

Como tomada de posição política para ter a nossa aprovação, entendíamos que não viria nenhum mal ao mundo se esta Assembleia Legislativa Regional desse esse tom político, porque acho que todos subscrevemos as preocupações que aqui estão.

É óbvio que, na óptica de quem dirige – e o exemplo da segurança social é um exemplo típico – poderá ser possível manter o princípio da satisfação e da proximidade do serviço com a racionalidade, que também é indispensável ao funcionamento dos mesmos, porque aquilo que pode ser feito em seis horas ou em quatro, não deve ser feito em oito. Isto são regras básicas e elementares.

Na nossa interpretação, a iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD efectivamente o que pretende salvaguardar é que esses serviços, de facto, se mantenham acessíveis e com as características que aqui são apresentadas e nesse sentido tem todo o nosso apoio.

O que queremos deixar muito claro é que isto não é incompatível, sob o nosso ponto de vista, com uma lógica de boa gestão e com a lógica de racionalização até ao limite em que o social se deve sobrepor ao económico e acho que o que se quer acautelar aqui é que haja um limite para o económico, a partir do qual vem ao de cima o social e temos que ter em conta, como foi dito ainda há pouco pelo Deputado Paulo Valadão, as características de pequenez e de afastamento de muitas comunidades que, numa óptica meramente económica, seriam excluídas.

Portanto, o mesmo raciocínio que utilizámos aqui em relação aos CTT, tem que ser utilizado em relação às outras empresas, quer tenha o centro de decisão em Lisboa, quer em Ponta Delgada, na Terceira ou no Faial se algum existir, mas julgo que não existe, nem jamais existirá com este Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à Proposta de Resolução apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD e em especial naquilo que diz respeito à Lotaçor, eu entendo ser necessário clarificar alguns aspectos que constam dos considerandos desta Proposta de Resolução, nomeadamente quando se refere que a Lotaçor tem vindo a optar pelo encerramento de várias lotas em muitas localidades dos Açores.

Gostaria de introduzir um dado no sentido de alertar que aquilo que se tem passado é a transformação de lotas em posto de recolha de pescado, em algumas localidades dos Açores, o que é diferente, pelo menos, daquilo que o teor da Proposta de Resolução poderia dar a entender. O que tem sido feito é transformar lotas em postos de recolha de pescado.

Quero clarificar também que aquilo que a Lotaçor faz, aliás, a própria Proposta de Resolução chama a atenção para isso, é prestar um serviço de 1ª venda de pescado

em lota, que é substancialmente diferente de se referir que afecta de uma forma directa e imediata os consumidores de pescado.

Portanto, gostava clarificar estes dois aspectos à laia de enquadramento da Proposta de Resolução.

Por outro lado, gostava também de referir à Câmara aquilo que está a ser feito pela Lotaçor.

Aquilo que está a ser feito pela Lotaçor é, dentro dum processo de reestruturação, agilizar a empresa, não esquecendo nunca aqueles que são os seus objectivos e o seu critério principal.

Este processo passa por essa transformação que referi e tem sido feito em diálogo com aquelas que são as entidades mais directamente relacionadas com esta actividade, nomeadamente com as Associações de Pescadores, tentando concertar as melhores formas de dar resposta às necessidades da empresa, salvaguardando também os interesses dos profissionais da pesca.

Prova disso, se provas fossem necessárias, é aquilo que acabou de referir o Sr. Deputado Paulo Valadão, nomeadamente naquilo que diz respeito à lota das Lajes das Flores, que inicialmente estava previsto o seu encerramento, mas chegou-se à conclusão de que não seria benéfico, num quadro global desta situação, proceder ao seu encerramento e por isso essa lota mantém-se.

Gostaria ainda de fazer um ponto de situação sobre aquilo que se está a passar neste momento.

Tem havido neste processo de transformação de lotas em posto de recolha um trabalho de parceria muito próximo e muito chegado com as associações representativas dos pescadores.

O trabalho merece uma apreciação francamente positiva da parte do Governo Regional.

Queria aproveitar esta oportunidade para deixar uma palavra de apreço em relação ao trabalho que tem sido desenvolvido pelas associações de pescadores no que diz respeito à recolha de pescado e este trabalho está a correr bem. Isto não quer dizer que esteja sem qualquer tipo de mácula, mas é um trabalho de parceria e conjunto,

no qual a Administração Regional, através da Lotação, se envolveu e faz uma apreciação positiva.

Por último gostaria de referir aquilo que seriam as consequências da aprovação desta Proposta de Resolução, no que diz respeito à Lotação, à semelhança daquilo que fiz na Comissão Parlamentar de Economia.

Recomendar ao Governo a criação duma lota por concelho não está devidamente justificada, porque não conta com aquela que é a realidade actual, não faz qualquer tipo de consideração sobre qual o impacto, qual a necessidade, quais os objectivos que justificam uma medida tão genérica como uma lota por concelho.

As consequências desta Proposta de Resolução, a ser aprovada, traduzir-se-iam numa maior dispersão do pescado por locais de venda com conseqüente diminuição da competitividade e natural redução do preço médio do peixe. Primeira consequência.

Segunda consequência, dificuldade de venda de pescado por aumento, na dificuldade dos compradores que teriam que se dispersar por maior número de lotas.

Terceira consequência, uma diminuição da capacidade de exportação de peixe fresco que ultimamente tem vindo a sofrer um incremento significativo graças, especialmente, à concentração de pescado.

Quarta consequência, um risco do aumento de fuga à lota.

Quinta consequência, a diminuição do rendimento dos pescadores.

Sexta consequência, uma dificuldade acrescida no cumprimento dos regulamentos comunitários e das regras higio-sanitárias estabelecidas para as lotas e, por último, uma também maior despesa para a Lotação e conseqüentemente uma maior despesa para a Região.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que esta Proposta de Resolução, de origem do PSD, tem algo de curioso.

O serviço da EDA não foi extinto em nenhum concelho. Foram apenas substituídas as lojas próprias por lojas “franchizadas” em dois concelhos e em 2002. Os horários foram alargados e passou a haver serviço ao sábado.

Ou seja, em 2004, quando se discute os CTT, os senhores do PSD lembram-se do que ocorreu em 2002.

Como este assunto merece um tratamento técnico, eu pedi à EDA para explicar exactamente isso.

A EDA não procedeu ao encerramento das lojas, mas sim à substituição das suas lojas próprias por lojas “franchizadas” denominadas “centros de energia”, e esta operação ocorreu em 2002, nos Concelhos da Calheta de S. Jorge e S. Roque do Pico.

A estratégia de substituição das lojas próprias por lojas “franchizadas” teve por base a melhoria dos níveis de qualidade de serviço.

A nova solução garante aos clientes a permanência da totalidade dos serviços prestados, cobranças, contratação e alterações contratuais, reclamações, esclarecimentos diversos, bem como o alargamento do horário de atendimento e dos dias de abertura ao público, incluindo o sábado.

Considerando que cerca de 80% dos clientes se deslocam às lojas para pagamento das facturas de energia eléctrica, complementarmente foi alargada a rede de agentes autorizados de cobrança da EDA, passando de 8 em 2002 para 22 em 2004, quer nos concelhos referidos, quer em todos os outros concelhos da Região.

Com a estratégia seguida, a EDA, SA conseguiu aumentar significativamente o grau de aproximação aos seus clientes, melhorando os níveis de qualidade dos serviços prestados e reduzindo os custos de exploração no seguimento de exigências da entidade reguladora do sistema eléctrico.

O inquérito de avaliação da qualidade dos serviços prestados, realizado no Concelho de S. Roque do Pico, demonstra claramente que os clientes foram beneficiados com as mudanças operadas e que valorizam os factores de valor acrescentado resultantes da solução “centros de energia”.

A EDA não só continua a garantir a manutenção dos serviços de atendimento e cobrança em todos os concelhos como reforçou a proximidade aos seus clientes, alargando os pontos de contacto e os horários de funcionamento.

Esta é que é a verdade.

Muito obrigado.

O Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colegas de Governo:

Também para, na sequência desta Proposta de Resolução, esclarecer o que é que se tem passado ao nível dos Serviços Descentralizados de Segurança Social.

Como já foi aqui referido, inclusive pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, o que se trata aqui é de fazer um correcto e justo balanceamento entre a eliminação do desperdício e a racionalização e o melhor aproveitamento dos recursos públicos, a começar pelos funcionários, como também o respeito pela nossa realidade, pela nossa descontinuidade geográfica e por algumas camadas da população que, por razões várias, necessitam ainda de um atendimento personalizado e têm mais dificuldade em lidar com outras formas que hoje também têm acesso aos Serviços de Segurança Social.

Nós pensamos que ao nível dos Serviços de Segurança Social temos feito esse balanceamento numa forma correcta, ou seja, mantém-se a política e a filosofia da descentralização dos Serviços de Segurança Social com a criação dos postos que continuam a ser fundamentais para o atendimento das pessoas mais idosas, das pessoas que ainda recorrem presencialmente a esses serviços, mas não há dúvida que, em termos quantitativos, essa afluência diminuiu consideravelmente, por razões que todos nós sabemos, face às novas formas de pagamento por transferência bancária, face às novas formas de entrega das próprias declarações de desconto, por disquete, pela internet e essa diminuição sensível leva também a que quantitativamente se justifique uma diminuição dos dias de funcionamento desses serviços, embora continuem, com horários pré-estabelecidos, a funcionar e a atender as camadas da populações que a eles recorrem.

Estas novas formas, bem explicadas às pessoas, também lhes trazem vantagens, que também são importantes, de segurança, de rapidez e até, se for possível conciliar tudo, de custos para o próprio sistema e a prova disso é que em S. Miguel, por exemplo, os beneficiários do Rendimento Social se Inserção recebem por transferência bancária, habituaram-se a isso muito rapidamente e não tem havido qualquer tipo de problema.

Portanto, nós também devemos usar os meios que hoje temos à nossa disposição, se eles implicam racionalização, melhores serviços, mais segurança e até diminuição de custos.

Neste sentido penso que o balanceamento entre aquilo que está aqui em questão tem sido correctamente feito pelos Serviços de Segurança Social.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

(*) **Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

A posição do Grupo Parlamentar do PCP sobre esta matéria está tomada, está assumida e está explicada.

Eu pedi para intervir apenas para colocar um problema de maior pormenor ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Para além do problema de funcionamento das Casas do Povo, como terminal dos Serviço da Segurança Social, há uma outra questão:

Em muitas Casas do Povo funcionam postos de saúde dos Centros de Saúde, com serviço de consulta regular em que os enfermeiros se deslocam em determinados dias, assim como os médicos também.

As Casas do Povo são instituições que sabemos como nasceram, mas não vamos dissertar sobre isso, sabe-se como funcionam e que papel desempenham.

Não havendo diminuição da presença dos serviços sociais na Casa do Povo, e eu conheço vários casos, que o Sr. Secretário também conhece, chega-se a uma situação em que se dá a ruptura, ou seja, o médico que atende naquele posto de saúde diz que não tem condições para fazer o atendimento, porque não tem o mínimo de apoio administrativo e aqui levanta-se a seguinte questão: a Direcção da Casa do Povo coloca o problema e a resposta que veio da Direcção Regional respectiva ou do

Gabinete do Sr. Secretário é de que contratem uma pessoa, resolvam isso. A Direcção da Casa do Povo diz que está bem, mas como é que paga, porque não tem verba.

Portanto, estamos na eminência de num local ou noutro, nomeadamente nesta ilha do Faial e não só, de andar para trás em termos de prestação de cuidados primários de saúde de forma descentralizada, por uma questão que não é essencial.

Eu resolvi intervir neste ponto, embora o texto da Proposta de Resolução cubra isto, para apelar ao Sr. Secretário Regional que, de forma criteriosa e rigorosa, ponderasse estas questões e encontrasse solução para elas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(*) **Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretário Regionais:

Eu falo na minha qualidade de deputado, mas não posso desassociar o facto de ser profissionalmente funcionário da Segurança Social, de em anos que já lá vão ter trabalhado numa Casa do Povo, que depois se passou a chamar Serviços de Freguesia, e hoje em dia, como é óbvio, acompanho a par e passo a actividade.

Em penso que a Sra. Deputado Andreia Cardoso, sem má intenção, como é óbvio, ao ler o relatório, na sequência duma audição ao Sr. Director Regional, quase que quis dizer que os serviços da Casa do Povo se resumiam a pagamento de pensões. Nada mais errado.

Deputado Andreia Cardoso (PS): A interpretação é sua.

O Orador: Uma Casa do Povo numa freguesia tem muitas funções. No caso concreto da ilha de S. Jorge, que é a que eu conheço melhor, das nove Casas do Povo, a grande maioria delas já estão a funcionar apenas dois dias por semana.

O Sr. Secretário falou que havia a nova forma de pagamento das pensões, ou seja, por transferência bancária. É verdade.

Também disse que muita gente pagava as suas contribuições pela Internet.

Penso que o Sr. Secretário quando diz que respeita a nossa realidade e a nossa descontinuidade, não tem, de facto, conhecimento da realidade das Casas do Povo nos nossos meios rurais.

Portanto, como disse o Sr. Deputado Decq Mota, as nossas Casas do Povo e no caso concreto da ilha de S. Jorge, muitas delas tem um gabinete médico onde o médico se desloca duas ou três vezes por semana, em função da Casa do Povo, tem um posto de enfermagem e tem uma outra coisa que tem a ver com o querermos ou não esvaziar as nossas freguesias, porque os idosos e não só – e eu já trabalhei numa Casa do Povo – têm a Casa do Povo como ponto de referência para saber como resolver este ou aquele problema. A Casa do Povo é o SOS, é o 112. Eles vão lá para saber como é isto ou aquilo e às vezes até perguntam: posso deixar aqui este papelinho para o senhor entregar ao prospector do banco que vai passar? Isso é próprio da nossa realidade.

No caso concreto da ilha de S. Jorge, sobretudo em Segurança Social, transfere-se tudo para a Coordenação de Ilha, nas Velas e para a Coordenação Concelhia, na Calheta e abandona-se o resto. Penso que nesta matéria não podemos ver isto apenas sob o ponto de vista economicista.

O Partido Socialista sempre usou muito o slogan “As pessoas primeiro”.

Esta não é uma questão política, mas uma questão prática e falo com a experiência de que sou funcionário da Segurança Social, conheço a realidade e este é o sentimento das pessoas.

Eu até compreendo a questão de rentabilizar os funcionários e o Sr. Secretário pode perguntar-me: então se é funcionário da Segurança Social e conhece bem a realidade, é ou não verdade que de vez em quando o serviço “aperta mais” na coordenação de Ilha e na coordenação concelhia? É verdade.

Mas será que a população tem que pagar esse custo? Eu penso que não.

Portanto, dos três pontos desta Proposta de Resolução, este foi aquele em que me sinto mais à vontade.

Ao que parece o Partido Socialista vai votar contra esta Proposta de Resolução.

Eu deixo aqui um apelo ao Sr. Secretário, para que numa das visitas a S. Jorge visite os Serviços de Segurança Social e se o Sr. Deputado António Gomes não os conhecer eu ofereço-me para lhe mostrar a realidade.

Muito obrigado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Pergunte ao Bagão Félix se concorda com isso!

Deputado Mark Marques (PSD): Estamos a discutir o Bagão Feliz? Eu não sou cãozinho de trela!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colegas de Governo:

Sr. Deputado Mark Marques, eu conheço a nossa realidade e também comecei por dizer na minha intervenção que temos que encontrar aqui um justo balanceamento entre as características possíveis da nossa realidade, o carácter social que esta prestação de serviços deve ter e também, dentro daquilo que for possível, a eliminação de alguns desperdícios e um melhor aproveitamento dos recursos.

Sr. Deputado José Decq Mota, a questão que levanta é pertinente, embora não conste da Proposta de Resolução. Também podíamos falar nas muitas extensões que temos dos serviços de saúde.

Efectivamente, face àquilo que é neste momento a realidade das Casas do Povo, como entidades privadas que têm, através dum protocolo, um acordo de cooperação com o Governo que basicamente lhes coloca e paga dois funcionários, um que é propriamente funcionário público e o outro que é funcionário da Casa do Povo, encarregado de instalações, essa questão, ao nível da saúde, poderá eventualmente colocar-se e já se colocou num caso aqui na ilha do Faial e também nalgumas Casa do Povo da ilha de S. Miguel.

Essa questão está sendo pensada e aí terá que haver uma solução que enquadre e que resolva o problema no caso dos serviços de saúde funcionarem com a regularidade que devem funcionar e que deve ser determinada por outras razões que não a razão do funcionário da Segurança Social apenas.

Portanto, a questão é pertinente, poderá daqui resultar e já resultou, num ou noutra caso, que ela se ponha.

Isto deve ser e está a ser estudado no sentido de perceber o enquadramento, de perceber a dimensão que isso possa ter e de se estudar uma forma de, quando isto se colocar, podermos resolver estes casos.

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais ninguém inscrito para o debate, vamos passar à votação desta Proposta de Resolução, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução foi rejeitada com 22 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PP e 2 votos a favor do PCP.

Presidente: Temos à nossa frente 10 escassos minutos e temos mais duas Propostas de Resolução. Eu perguntava se continuamos ou se suspendemos os nossos trabalhos para retomarmos às 15,00 horas. Pedia aos Presidentes dos Grupos Parlamentares para se acercarem aqui da Mesa.

(Pausa)

Esta conferência expedita, agora realizada, deliberou prosseguir os trabalhos e concluí-los.

Estamos, portanto, na presença duas Propostas de Resolução. Como o assunto é o mesmo, diz respeito a transporte aéreos, sem prejuízo dos direitos de cada um, nós faríamos a apresentação e o debate em conjunto, até porque temos também uma Proposta de Resolução que vem da Comissão e que junta a duas.

Assim sendo, dou a palavra ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro para fazer a apresentação da **Proposta de Resolução – “Transportes aéreos nos Açores”**, apresentada do PSD.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para dizer que o PSD considera que a política de transporte aéreo tem sido, é, e continuará a ser um pilar essencial e um instrumento de consolidação da unidade dos Açores e da mobilidade dos açorianos de ilha para ilha. Mobilidade essencial para a economia dos Açores e para resolver o fundamental em matéria de educação e de saúde.

É fundamental, num momento em que se vão iniciar negociações em matéria de política de transportes aéreos, que a Região Autónoma dos Açores possa mostrar coerência e unidade na afirmação de uma estratégia regional para o futuro dos transportes aéreos para o exterior e do exterior para os Açores.

Uma política aérea estratégica ao serviço das pessoas e da economia é fundamental para o desenvolvimento da nossa Região, enquanto unidade política, mas também para o desenvolvimento de cada uma das nossas ilhas, considerando que cada uma delas tem um universo económico e social próprio e específico.

Por isso, motivando o Parlamento para uma posição comum e uma visão açoriana sobre de uma política de transportes aéreos, o PSD teve o empenho de apresentar uma Proposta de Resolução que permitisse à Assembleia Legislativa Regional tomar posição – e passo a citar:

“Reafirme a importância do princípio da continuidade territorial na política de transportes aéreos que na definição das novas obrigações de serviço público para os serviços aéreos regulares entre o Continente e as Regiões Autónomas, deva considerar os Açores, para o estabelecimento de tarifas, como destino de origem único”.

Também entendemos importante que a Assembleia Legislativa Regional considere, como posição e visão açoriana sobre a matéria, relevante e prioritária, a abertura de duas novas rotas: Lisboa/Santa Maria/Lisboa e Lisboa/Pico/Lisboa.

É fundamental que ao assumir esta visão açoriana por consenso, através do Parlamento da Região Autónoma dos Açores, se dê conhecimento desta posição e desta visão estratégica da política dos transportes aéreos aos Órgãos de Soberania, designadamente à Assembleia da República e ao Governo da República. É esta a nossa posição.

Congratulamo-nos pelo consenso que foi possível chegar no âmbito da Comissão Parlamentar que tratou este assunto, fazendo comungar a visão que o PSD tinha sobre esta matéria, com propostas que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista também apresentou.

Podemos sair daqui com a satisfação de que, para um processo negocial e difícil, possamos ter como argumento uma visão açoriana sobre esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Para apresentar a **Proposta de Resolução – “Transportes aéreos entre os Açores e o Continente e entre as duas Regiões Autónomas”**, tem a palavra o Ser. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Eu começo por me congratular com a unanimidade que há volta desta matéria, que é o reconhecimento da importância que as acessibilidades têm, neste caso na sua componente aérea, para a Região Autónoma dos Açores.

De facto, sem transportes capazes e que respondam com eficácia às nossas necessidades, não é possível o nosso desenvolvimento e, portanto, esta é uma matéria fundamental.

Nesse sentido o Partido Socialista, desde a primeira hora, apresentou também total disponibilidade para consensualizar esta matéria e só assim podia ser, como é óbvio.

A proposta que apresentamos e que vou citar, é uma proposta um pouco mais alargada do que a do PSD, visto que toca naquilo que

consideramos ser as questões fundamentais do novo modelo que em boa hora foi gizado e que está em discussão nos órgãos próprios.

“1. A Assembleia Legislativa Regional dos Açores recomenda ao Governo da República que, na elaboração do modelo de Obrigações de Serviço Público para o Transporte Aéreo entre o Continente, os Açores e a Madeira, tenha em atenção os seguintes aspectos fundamentais:

- Manutenção de tarifas iguais para todos os residentes e estudantes nas suas ligações com o Continente e com a Madeira, independentemente da ilha onde residam e da transportadora aérea que utilizem;

- Inclusão no novo modelo de transporte aéreo das “gateways” do Pico e de Santa Maria;

- Existência nos Açores de um único conjunto de rotas a que todas as transportadoras aéreas se têm de candidatar, de forma a não criar discriminações entre açorianos dentro do próprio arquipélago;

- Manutenção do nível de solidariedade nacional, em termos financeiros, em relação às duas Regiões Autónomas, de forma a assegurar um valor tarifário semelhante ao actualmente praticado;

- Existência de obrigações mínimas de carga diária para cada “gateway”, de forma a que as transportadoras possam sempre estar aptas a dar resposta ao escoamento de cargas perecíveis ou ao transporte de equipamentos de absoluta necessidade;
- Existência de uma tarifa “pex” igual para todas as “gateways”, de forma a permitir o desenvolvimento harmónico de todas as ilhas dos Açores;
- Manutenção do circuito açoriano, tal como actualmente se verifica;
- Possibilidade das candidaturas das transportadoras aéreas, para a exploração dos serviços mínimos, poderem ser efectuadas como um programa de exploração conjunto, em regime de “code share”;
- Celeridade na aprovação do novo modelo de transporte aéreo, de modo a não se comprometer, irremediavelmente, o ano turístico de 2005.

2. A Assembleia Legislativa Regional dos Açores delibera dar conhecimento desta Resolução à Assembleia e ao Governo da República.”

Esta era a Proposta de Resolução do Partido Socialista e mais uma vez, a finalizar, congratulo-me com o resultado final do trabalho da Comissão e com a elaboração duma Proposta de Resolução conjunta.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(*) **Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS/PP subscreveu conjuntamente com o PSD a Proposta de Resolução apresentada em 20 de Abril e que genericamente salvaguardava aquilo que nos parece essencial e que corresponde ao interesse da nossa Região nessa importante matéria que envolve todo o relacionamento da nossa Região com o exterior, nomeadamente em transportes aéreos.

Julgamos tratar-se duma oportuna e importante iniciativa no local próprio, no órgão que, em representação do povo dos Açores, tem a obrigação de condensar a vontade dos açorianos num importante domínio como este e que, pelos vistos, também teve o grande mérito de conduzir a própria Assembleia, posteriormente com a apresentação da Proposta de Resolução do Partido Socialista, a caminhar para a obtenção de uma posição consensual que traduz exactamente aquilo que estava na mente de todos e

que, pelos vistos, em fases anteriores à apresentação destes documentos, gerou mais polémica do que propriamente convergência.

O que é curioso é quando as pessoas se atêm aos dados objectivos com é este o caso, não foi difícil concluir que pensavam todos de forma semelhante e com preocupações comuns.

Quando alguns enveredaram pela guerrilha e pela tentativa de fazer política partidária com uma questão que é, de facto, política, mas que, pelo elevado interesse que tem para a nossa Região, deve ficar fora do chamado combate político-eleitoral.

No nosso entendimento, esse mérito resultou desde logo na apresentação da Proposta de Resolução do PSD e do CDS/PP e depois com a apresentação da Proposta de Resolução do PS, permitiu essa posição comum que é unânime, pelas declarações de todos os grupos intervenientes.

Portanto, todos nós, Parlamento, saímos valorizados com essa processo e, sobretudo, mais do que isso é a nossa Região e o interesse dos açorianos que certamente vai sair reforçado e salvaguardado nessa matéria.

Portanto, na nossa perspectiva, o Governo também passa a ter mais um instrumento que pode ser muito útil para, como lhe compete, zelar pela salvaguarda e pelo cumprimento desses objectivos.

Mais uma vez quando o bom senso se sobrepõe e tendo presente o resultado síntese que a Comissão chegou e concluiu apresentando uma Proposta de Resolução que é uma bissetriz das propostas iniciais, acho que estamos todos de parabéns e oxalá que a breve trecho, como também aqui se recomenda, possamos ter a satisfação plena de todos esses objectivos que também são os nossos objectivos comuns.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

(*) **Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs.

Secretários

Regionais:

Eu primeiro lugar, gostaria de lembrar que na última sessão legislativa, em declaração política, tratando desta matéria, apelei a que pudesse haver uma posição forte, unânime, construtiva, útil para o interesse regional desta Assembleia em relação a esta matéria das regras do transporte aéreo.

Gostava especificamente de afirmar que a reunião da Comissão de Economia, de que faço parte, em que tratou desta matéria foi uma reunião extremamente interessante e importante para que se chegasse ao resultado a que se chegou, quer no respeito ao comportamento e ao posicionamento de cada um dos três partidos que estão na Comissão, quer no que respeita à forma como o Sr. Secretário Regional, ouvido nessa reunião, colocou em profundidade o pormenor, o enquadramento e o rigor em todas as respostas que deu e em todas as matérias que entendeu dever informar a Comissão.

Assim, criou-se uma situação óptima para que se pudesse chegar àquilo que é um verdadeiro acordo político ao nível da Comissão, que foi, na prática, a fusão das Propostas de Resolução, apresentadas pelo PSD/PP e pelo PS.

Eram propostas com diferenças. A do PSD/PP tratava o problema no seu enquadramento numa forma rigorosa, definida, mas mais genérica e a do Partido Socialista desenvolvia e aprofundava, especificando os pontos em questão, de forma detalhada.

A fusão das duas propostas dá, penso eu, um bom documento que irá ser daqui a minutos a posição da Região Autónoma dos Açores, definida por esta Assembleia, o que é importante,

Entretanto, há uma questão que não deixou de preocupar a Comissão, que não me deixa de preocupar a mim e ao Sr. Secretário que também foi o primeiro a manifestar isso, que é o problema da celeridade e esta Resolução se bem usada pode contribuir para a solução deste problema da celeridade na apreciação sob pena de vermos comprometido o resultado da aplicação da Resolução no ano de 2005 em termos de transporte de pessoas, porque a definição das condições desse transporte tem que ser feita atempadamente.

Portanto, estamos aqui num momento importante desta Assembleia em relação a uma matéria que é estratégica, uma matéria que, pelos vistos, nos une a todos à volta do Governo e é muito útil que neste exacto momento, Maio de 2004, se tenha conseguido chegar a este desiderato.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, não há mais intervenções.

A Mesa constata que existe uma proposta de substituição que vem da Comissão e que é subscrita por todos os Grupos Parlamentares representados na Assembleia.

Assim sendo vou pôr à votação a Proposta de Resolução da Comissão que prejudica as propostas iniciais apresentadas pelo PSD/PP e pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Antes de passarmos à fase final eu queria dizer-vos o seguinte:

Nós ontem tivemos aqui a visita do Sr. Presidente do Parlamento Alemão e, contrariamente ao que podia parecer, em função da rapidez da mesma, tratou-se duma visita importante, como os senhores líderes parlamentares sabem.

Tivemos reunidos com ele, foram colocadas muitas questões em relação aos nossos problemas, ao alargamento da Europa, etc, e, portanto, tratou-se duma visita não só interessante, mas também importante pela oportunidade que tivemos de expor os nossos problemas e de receber algum apoio por parte do Presidente do Parlamento Alemão.

Eu não tenho nenhuma proposta para fazer, mas em conversa entendemos que seria, porventura, útil fazer uma deliberação, a ser subscrita pelos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares, a congratular-nos pela presença do Presidente do Parlamento Alemão e da oportunidade que tivemos de troca de impressões.

Portanto, seria uma simples deliberação que eu elaboraria, enviava aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares para a subscreverem e depois remetê-la-ia ao Parlamento Alemão e à Assembleia da República para, de futuro, ser implementado este tipo de relações e procurarmos que estas pessoas venham conhecer a nossa realidade.

Gostaria de saber se estão de acordo com isto. Esta foi uma ideia que surgiu ontem.

Este é um assunto que pode ser tratado mais tarde, mas eu não queria deixar de dar esta informação ao plenário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

(*) Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Consta do boletim entregue nesta sessão da Assembleia a participação de V. Exa., como é normal, na Conferência das Assembleias Legislativas Regionais da Europa.

Penso que também seria importante, em função do relevo que esta Conferência tem, de que fosse dada ao plenário alguma informação mais pormenorizada sobre a agenda de trabalho e sobre a importância deste acontecimento.

Obrigado.

Presidente: Como sempre os relatórios e o trabalho dessas reuniões estão ao vosso dispor. Uma parte deles está na internet na página das relações internacionais. Esse trabalho tem sido desenvolvido na CALRA.

Portanto, na última reunião, muito sumariamente foram analisadas as posições que têm sido tomadas relativamente aos parlamentos regionais no contexto da nova Constituição Europeia.

Como sabem a Constituição Europeia não tem um tratamento muito adequado em relação aos parlamentos regionais e as regiões procuram ter também aí um papel a desempenhar em termos de aplicação do direito subsidiário, designadamente nessa área.

Os trabalhos da Constituição da Europa são acompanhados pela COSAC que são as organizações de relações exteriores europeias de todos os parlamentos da Europa e os parlamentos regionais entendem que os membros observadores da COSAC devem poder participar nessas reuniões.

Finalmente, queria ainda dizer que neste momento existe algum impasse em relação a esse tipo de negociações, devido à proximidades das eleições para o parlamento europeu no dia 13 de Junho em que os interlocutores vão mudar.

Os Parlamentos da Europa tinham já alguns interlocutores interessados, designadamente italianos e portugueses que têm apoiado mais estes aspectos das regiões. Agora com as alterações e com o resultado das eleições não se sabe bem o que vai acontecer e há, digamos, um compasso de espera para ver quem serão as próximas personalidades com quem poderemos dialogar nessas matérias.

Até aqui o relacionamento tem sido bom, quer com o Presidente do Parlamento Europeu, quer com a COSAC. Eu próprio já tive numa reunião dessas em Roma.

Portanto, este é um trabalho contínuo.

Se o Sr. Deputado quiser pode consultar tudo isso na internet na página das relações internacionais onde normalmente estão lá os relatórios e o ponto da situação sobre esta matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

(*) **Deputado Fernando Lopes (PS):** Sr. Presidente, a minha intervenção em plenário é para dizer o seguinte:

Como sabe eu tenho acesso à página da internet, utilizo-a e leio, mas penso que, ainda sobretudo num período em que estamos a discutir assuntos europeus relevantes, nomeadamente no âmbito das eleições para o Parlamento Europeu, no momento em que se reabre o diálogo sobre a Constituição Europeia, é evidente que este plenário não se pode demitir de tomar conhecimento e de debater assuntos deste âmbito na sua sede principal, que é o plenário.

Por outro lado, também faz parte das informações que constam deste boletim a realização de um Seminário sobre subsidiariedade, em Berlim no dia 27 de Maio, patrocinado pelo Comité das Regiões.

Eu queria perguntar se a Região ou a Assembleia será representada neste Seminário?

Presidente: Essa informação consta do boletim, mas não está nada ainda confirmado. Não há nenhuma posição sobre isso e a mesma coisa se passa em relação a uma reunião da COSAC, em Dublin.

Portanto estão aí no boletim só a dar a informação, mas não estão ainda confirmadas nem se iremos participar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(*) **Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Talvez já não seja necessário a pergunta, mas nalgumas associações na ordem de trabalhos vem lá um ponto que diz: Outros assuntos de interesse para a colectividade.

No caso em apreço julgo que esse tal 5º ponto não foi desta vez incluído e com todo o respeito e tendo presente a oportunidade e as preocupações do ilustre Sr. Deputado e Vice-Presidente desta Assembleia, queria solicitar à Mesa se é para abrir o 5º ponto com os outros assuntos de interesse para o Parlamento dos Açores ou se,

eventualmente, dado o cumprimento da ordem de trabalho, estamos em condições de seguir aquilo que manda o Regimento?

Presidente: Vamos seguir o nosso Regimento.

Isto surgiu, como verificou, acerca duma visita do Sr. Presidente do Parlamento Alemão. Fui solicitado e por isso prestei essas informações.

Não se trata de nenhuma violação grosseira do Regimento nem de nenhum crime de *lesa pátria*. Foi apenas algumas informações.

Vamos passar à **proposta de deliberação que declara findo o Período Legislativo de Maio.**

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, bom regresso às vossas terras e muito boa tarde.

(Os trabalhos terminaram às 13 horas e 20 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Manuel Avelar da Cunha Santos

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes Reis

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Cardoso Pereira Oliveira

Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nuno Rocha

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

O Redactor, *José Rodrigues da Costa.*